



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA/BH

Data: 17/05/2024

Endereço: Rua Estrela do Sul, 156 - Santa Tereza

Requerente: Comissão Especial de Estudo - Melhoria dos Conselhos Tutelares - Requerimento de Comissão nº 460/24.

Objetivo: promover discussões sobre casos e desafios locais.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa.

Vereadores presentes: Loíde Gonçalves, Marcos Crispim e Pedro Patrus.

Representantes do local: Rodrigo Mateus Zacarias (presidente do CMDCA, representante da sociedade civil), Maria Thereza Fonseca (vice-presidente do CMDCA, representante da SMASAC), Eleusa Veiga (tesoureira do CMDCA, representante da sociedade civil), Maria do Carmo (secretária do CMDCA, representante do Gabinete do Prefeito), Eden Mattar (defensora pública), Nádia Costa (coordenadora da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais de Direitos e Participação Popular na Subsecretaria de Direitos de Cidadania), Viviane Colen (assessora técnica do CMDCA), Tayana Cândido (secretária executiva do CMDCA), e assessorias parlamentares.

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita técnica ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/BH foi iniciada às 10h. Os vereadores e demais presentes foram convidados à sala das plenárias do conselho, onde ocorreu o diálogo a respeito a situação dos conselhos tutelares do município e a atuação



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

do CMDCA no sentido de fortalece-los. Ao final, os visitantes foram convidados a percorrer as demais salas e instalações do CMDCA, para conhecer as condições físicas do equipamento público.

O diálogo com os membros do CMDCA se iniciou com uma apresentação do presidente do conselho, Rodrigo Zacarias, a respeito da organização do CMDCA. Foi destacado, durante essa apresentação, o fato de ser um conselho de composição paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, com alternância nas funções de presidência a cada três anos. O Conselho é responsável por fazer o registro e acompanhamento das entidades da sociedade civil que atuam no município na promoção de direitos das crianças e adolescentes; gere o fundo municipal da criança e do adolescente; elabora e publica os editais de aplicação de recursos do fundo; e tem papel de controle social, podendo ser provocado por outros órgãos. Ele afirmou que cerca de 90% dos recursos do fundo vem sendo empregados, mas que não se consegue aplicar tudo, por uma série de questões. Durante a fala do presidente também foi apresentada a atual Mesa Diretora do CMDCA e a Diretoria Ampliada, com a participação dos coordenadores de comissão temáticas.

Foi dada especial ênfase sobre a destinação e captação de recursos do fundo. O presidente explicou que os conselheiros participam da elaboração dos planos de ação, por meio das comissões. Depois disso é elaborado o plano de aplicação dos recursos, em que há a rubrica 2859, que destina recursos para entidades selecionadas pelo edital, e a rubrica 2860, na qual são destinados os recursos para outras ações e prioridades elencadas pelo conselho. Sobre a captação, foi dito que o fundo não recebe verbas dos Recursos Ordinários do Tesouro (ROT). Da receita do fundo em 2023, sete milhões foram provenientes de doações de pessoas jurídicas e 3 milhões de doações de pessoas físicas,



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

por meio do sistema de abatimento de imposto de renda. O fundo também recebe recursos de multas e de 20% dos recursos obtidos com o Certificado de Autorização de Captação de Recursos Financeiros – CACREF.

A vice-presidente do conselho, Maria Thereza Fonseca, destacou que os projetos do fundo muitas vezes são como uma “incubadora” de projetos, os quais, quando funcionam bem, se tornam política pública incorporada às ações executadas diretamente pela PBH, estas sim financiadas com recursos do ROT.

Sobre os recursos que custeiam os conselhos tutelares, Rodrigo Zacarias informou que estes não vêm do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente. No entanto, algumas ações de capacitação e afins já vieram do fundo. Foi destacada também a recente obtenção de 54 computadores, destinados aos conselheiros tutelares, por meio de parceria com a empresa Furnas Centrais Elétricas. O CMDCA também tem atuação importante no acompanhamento dos conselhos tutelares e na realização do processo eleitoral dos conselheiros tutelares.

Recentemente, o CMDCA também está empenhado em um esforço de modernização dos conselhos tutelares, com a contratação de empresa para desenvolver sistema eletrônico e estabelecer processos de trabalho otimizados. Perguntado sobre o sistema eletrônico, Rodrigo esclareceu que não se trata do SIPIA, e sim de um sistema de gestão.

Foi explicado que os recursos utilizados para manutenção e melhorias nos conselhos tutelares são oriundos do Orçamento da Criança e do Adolescente – OCA, e que a forma como o município de Belo Horizonte elabora e organiza o OCA é uma referência no país. Sobre a possibilidade de uso de recursos do fundo para realizar melhorias nos conselhos tutelares, Rodrigo afirmou que a Diretoria de Políticas para Crianças e Adolescentes –



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

DPCA, órgão da SMASAC, poderia apresentar projeto perante o CMDCA com essa finalidade.

Quando perguntados a respeito da atuação do CMDCA na elaboração e aprovação da proposta orçamentária para a política da criança e do adolescente, para além do uso dos recursos do fundo, Maria Thereza reconheceu a necessidade de ampliar as ações de controle social do CMDCA sobre os recursos do ROT para criança e adolescente, bem como sobre a efetividade das políticas públicas.

Com a palavra, a defensora pública Eden Mattar ressaltou que a união de esforços entre os órgãos que compõem a política para criança e adolescente é essencial, e que as dificuldades de estruturação dos conselhos tutelares é um problema histórico. Segundo ela, o poder público já sabe disso, mas age com lentidão no sentido de superar as dificuldades enfrentadas pelos conselhos. Ela então questionou se o CMDCA tem iniciativas periódicas para acolher as demandas dos conselhos tutelares e incidir em prol destas junto à PBH, sugerindo que tal curso de ação passe a ser adotado caso já não seja.

A assessora técnica do CMDCA, Viviane Colen, respondeu que o CMDCA tem contato frequente com os conselhos tutelares, para prestar-lhes suporte. Esse contato acaba ficando mais concentrado no “quarteto”, que faz a representação do conjunto dos conselheiros tutelares do município. Para ela, o CMDCA atua “quase como uma assessoria” para os conselhos.

A vereadora Loíde Gonçalves questionou sobre os computadores que teriam que ser devolvidos, após a chegada dos novos, sendo que ainda falta mais computadores, inclusive no plantão, em que só tem um computador, utilizado em esquema de revezamento. O vereador Marcos Crispim também questionou a falta de cerca de dois computadores por conselho tutelar, principalmente para uso dos assistentes administrativos e recepcionistas.



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Também foram levantados questionamentos a respeito da implantação do SIPIA.

Rodrigo se comprometeu a avaliar a questão dos computadores, junto à SMASAC. A respeito da implantação do SIPIA, disse que é um sistema simples de instalar e usar, bastando apenas a realização de treinamento. Seria necessário também um suporte da Prodabel, tem uma central de atendimento para tirar dúvidas diretamente para os conselheiros tutelares. Viviane afirmou que os conselheiros tutelares falam que querem, mas na verdade nunca aderem à implantação do SIPIA, o que já foi tentado várias vezes. Seu uso não é obrigatório, havendo apenas uma recomendação. Defendeu que deveria ser alterada a lei, de modo a tornar o uso do SIPIA obrigatório. Explicou, contudo, que no momento o sistema está passando por migração dentro do programa GOV.BR, e que estão aguardando a disponibilização de um novo treinamento. Assim, não é possível implantar o SIPIA imediatamente. Frisou também que o sistema tem outros problemas, com a falta de ferramenta para anexar arquivos.

Ao final da reunião, Rodrigo afirmou seu compromisso em incidir junto à DPCA com o objetivo de aprimorar as brinquedotecas dos conselhos tutelares, iniciar um diálogo amplo para implantação do SIPIA, garantir que sejam supridas as vagas abertas de assistentes administrativos nos conselhos e reavaliar a realocação dos computadores.

Depois disso, os visitantes foram convidados a percorrer as salas do CMDCA, para conhecer sua estrutura e instalações, com o encerramento da visita na sequência.

Considerações sobre a Visita



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

A visita ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente foi muito proveitosa, sendo possível identificar que o mesmo enfrenta seus próprios desafios e limitações na promoção dos direitos das crianças e adolescentes no município. Foi possível perceber que o CMDCA trabalha com foco muito grande sobre a gestão do fundo municipal, tendo atuação muito menor no que se refere ao planejamento e ao acompanhamento da execução da política municipal da criança e do adolescente em sentido mais amplo, tendo papel mais formal do que efetivo no processo de tomada de decisões dos rumos da política.

Além disso, verifica-se que há atritos e posições contrastantes entre o CMDCA e os conselhos tutelares. Nas visitas aos conselhos, foram reiteradas as críticas à ausência de apoio efetivo do CMDCA, e na visita ora em comento também foi possível notar o incômodo com algumas posições e demandas apresentadas por conselheiros tutelares.

Ainda assim, devem ser destacadas as iniciativas passadas e atuais do CMDCA em prol de melhorias nas condições de trabalho dos conselhos, como a busca pela obtenção de computadores novos e a aquisição de novo sistema de gestão de processos.

A visita também foi produtiva em seus encaminhamentos, com o presidente do CMDCA se comprometendo pessoalmente a liderar esforços no sentido de sanar algumas das demandas mais objetivas dos conselheiros tutelares, como já dito acima.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2024



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Otávio Debien Andrade

Consultor Legislativo em Ciências Sociais e Políticas – CM 418

Divisão de Consultoria Legislativa

Diretoria do Processo Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Conselho Tutelar - Barreiro

Data: 24/04/2024

Endereço: Rua Lúcio dos Santos, 425 - Barreiro de Baixo.

Requerente: Comissão Especial de Estudo - Melhoria dos Conselhos Tutelares
- Requerimento de Comissão nº 456/24.

Objetivo: Verificar as condições de trabalho, o espaço físico, realizar uma inspeção das instalações e promover discussões sobre casos e desafios do Conselho Tutelar Barreiro.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa.

Vereadoras e vereadores presentes: Loíde Gonçalves.

Demais presentes: Edna (presidenta do Conselho Tutelar Barreiro), Kele (conselheira tutelar), Victor Campos (conselheiro tutelar), Élide Fernanda (conselheira tutelar), Roberto da Silva Araújo (gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares), Rodrigo Zacarias (presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA), assessorias parlamentares.

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita ao Conselho Tutelar Barreiro (CT-Barreiro) foi iniciada às 9h30min, na área externa da casa onde o equipamento está localizado, aos fundos. A presidenta do conselho conduziu a visita e todos os conselheiros presentes acompanharam os parlamentares aos diferentes espaços do imóvel, mostrando os equipamentos e as instalações e fornecendo as informações solicitadas. Em um segundo momento, os presentes se reuniram em uma das



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

salas, onde os conselheiros trouxeram informações sobre as condições do trabalho e de funcionamento do Conselho Tutelar (Figura 2). Acompanhando esses dois momentos, este relatório está dividido em duas seções, “estrutura e equipamentos” e “condições de trabalho”, além das considerações finais sobre a visita.

Estrutura e equipamentos

O Conselho Tutelar Barreiro está localizado em uma casa alugada (Figura 1) pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), acessível para cadeirantes, recentemente pintada e composta por 5 (cinco) salas para atendimento (Figuras 2 e 3), recepção (Figura 4), banheiro (sem acessibilidade), além de um jardim na entrada, uma pequena área externa (Figura 5) e uma construção anexa aos fundos.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Figura 1 - Fachada da casa onde está localizado o Conselho Tutelar Barreiro. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



Figura 2 - Sala de uma das conselheiras tutelares. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 3 - Sala de uma das conselheiras tutelares. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



Figura 4 - Recepção. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 5 - Área externa. Foto: Consultoria Legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

A construção anexa possui 4 (quatro) cômodos: 2 (duas) pequenas salas com estantes para o armazenamento de arquivos, uma cozinha e um banheiro. Os membros do conselho comentaram que a localização da casa é adequada, sendo de fácil acesso a linhas de transporte público e à Estação Barreiro. A visita foi iniciada nas salas de armazenamento de arquivos (Figura 6). O conselho possui arquivos físicos desde o ano de 1994, armazenados em caixas plásticas ou de papelão, inseridas em estantes de metal. As caixas com documentos datadas até 2008 estão lacradas e localizadas em prateleiras mais altas, enquanto as mais recentes se encontram acessíveis.



Figura 6 - Sala de arquivos. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.

Na varanda da construção anexa foi instalada uma divisória em caráter improvisado, por meio de um armário e de um *banner*, que separa o espaço do ambiente externo. O armário é utilizado para armazenamento de produtos de limpeza. O espaço possui uma mesa infantil, alguns livros e brinquedos e é

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

utilizado por crianças que aguardam atendimento ou em casos de atendimentos mais longos (Figura 7). A presidenta do conselho destacou que vários dos itens presentes ali foram doados, incluindo os brinquedos, os livros e o *banner*.



Figura 7 - Área de espera para crianças, com divisória parcialmente improvisada por armário e *banner*. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.

Ainda na varanda, há duas mesas e cadeiras (Figura 8). A cozinha é equipada com um fogão, duas geladeiras, pia, bancada, mesa e cadeiras e geladeira, mas não há microondas. Destacou-se que a maior parte dos eletrodomésticos e utensílios que equipam a cozinha, assim como o gás, foram doados, muitas vezes pelos próprios conselheiros, ou adquiridos por meio do rateio do seu custo entre os trabalhadores do conselho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 8 - Varanda da construção anexa à casa principal do CT-Barreiro. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

O banheiro externo possui prateleiras, instaladas pelos próprios trabalhadores do conselho tutelar, para armazenamento de produtos de limpeza, já que não há cômodo específico para essa finalidade.

Na parte interna do imóvel principal há uma sala para cada conselheiro, que é também onde realizam o atendimento às crianças, aos adolescentes e às



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

suas famílias. A primeira delas é pequena e as paredes que a separam do corredor são divisórias de escritório, o que atrapalha o isolamento acústico do local e a privacidade dos atendimentos. Cogitou-se expandir a sala, integrando-a ao espaço do corredor. Um projeto para reforma chegou a ser feito por um arquiteto da PBH. No entanto, a mudança faria com que o acesso à sala se desse unicamente pelo lado de fora, e os usuários teriam que passar por um corredor lateral externo, sem cobertura, para chegar até ela, o que seria inconveniente nos dias de chuva. Assim, optou-se por manter a configuração atual. As outras quatro salas dos conselheiros são mais espaçosas. Todas elas são equipadas com mesa de trabalho e de atendimento, cadeiras, computador e armário. Os conselheiros destacaram que as mobílias são antigas e muitas delas estão em estado precário. A manutenção e os ajustes dos móveis costumam ser feitos pelos próprios conselheiros. Essas e outras demandas do CT-Barreiro e de outros conselhos tutelares constam em uma planilha elaborada pela Gerência de Acompanhamento dos Conselhos Tutelares e entregue à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) há alguns anos. As solicitações, no entanto, nunca foram atendidas.

Todas as salas possuem janela e os espaços são iluminados e arejados. Algumas possuem ventiladores de chão, que foram adquiridos e levados pelos próprios conselheiros. Os computadores do conselho são novos, tendo sido adquiridos por meio de um edital de Furnas. A entrega dos novos equipamentos foi condicionada ao retorno dos equipamentos antigos, o que foi questionado pelos conselheiros. Idealmente, o conselho deveria manter ao menos algumas das máquinas antigas, especialmente para as atividades administrativas.

Os conselheiros destacaram que os novos computadores funcionam bem, mas que não são equipados para a realização de videoconferência.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Roberto Araújo informou que a aquisição de câmera, fone e microfone está prevista, mas não há definição exata de quando serão entregues. Assim, as reuniões remotas são feitas nos celulares particulares dos conselheiros. O conselho conta com um celular antigo disponível apenas para ligações, já que não se trata de um *smartphone* (Figura 9). Além disso, o aparelho frequentemente não funciona. Foi destacado, ainda, que se trata de aparelho emprestado pela PBH, já que o telefone do próprio conselho foi furtado no início do ano passado e ainda não houve reposição.

O conselho não conta com sala própria para reuniões, que ocorrem em uma das salas de atendimento. O colegiado se reúne toda semana para discutir sobre os atendimentos e deliberar encaminhamentos.



Figura 9 - Celular disponível para uso dos conselheiros do CT-Barreiro. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Condições de trabalho

Conforme informado em visita técnica anterior¹, cada Conselho Tutelar possui duas vagas para técnicos-administrativos e duas vagas para estagiários, mas a PBH não tem disponibilizado os servidores aos conselhos. Atualmente, o CT-Barreiro não conta com nenhum servidor técnico-administrativo do quadro da PBH e as atividades administrativas e de recepção são desempenhadas por funcionária terceirizada, disponibilizada por meio de contrato com a empresa MGS. Há, ainda, uma estagiária para apoio nos trabalhos administrativos, mas que não possui computador próprio. Diante da situação, os conselheiros acabam acumulando tarefas administrativas, o que gera sobrecarga de trabalho. Foi destacado que todas as informações relativas aos atendimentos são registradas em papel. Há anos existe a expectativa de implantação de sistema informatizado para registro dos atendimentos, o que traria mais facilidade na compilação de dados gerais sobre os casos e otimizaria as tarefas administrativas atuais.

O presidente do CMDCA afirmou que, diante da demora para implementação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia), sistema instituído em âmbito nacional, mas ainda não incorporado pela Prefeitura de Belo Horizonte, a Subsecretaria de Direitos de Cidadania (SUDC) está fazendo um levantamento para implementação de um *software* próprio para uso dos conselhos tutelares. Trataria-se de uma contratação a ser feita diretamente pela SMASAC, já que todos relataram muitas dificuldades com a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel). A ideia seria usar recursos dos fundos próprios para a contratação do serviço e implementação do *software*.

¹ Aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 453/2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

A ausência de um sistema para registro dos dados de atendimento e compilação de banco de dados unificado dificulta, ainda, a prestação de informações aos demais órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Os conselheiros informaram que recebem muitas demandas de órgãos da rede de proteção à criança e ao adolescente, sendo convocados a participar de reuniões diversas e a prestarem informações com prazos muito curtos. Assim como as tarefas administrativas, essas demandas acabam ocupando muito do seu tempo, sobrecarregando-os e comprometendo o tempo para o atendimento das famílias e para ações de prevenção à violação de direitos.

Com frequência, os conselheiros são cobrados pelos órgãos do sistema de justiça e pelas próprias famílias quanto à permanência das situações de violação de direitos. Destacaram, no entanto, que a resolução dessas situações não depende apenas da atuação do conselho, que faz os encaminhamentos necessários, mas da insuficiência das políticas públicas do município em atender às demandas. Relataram que, muitas vezes, famílias direcionadas pelo conselho tutelar para acompanhamento dos serviços socioassistenciais demoram meses para acessá-los. Usualmente, as situações de violação de direitos não são interrompidas e a família retorna ao conselho tutelar. De forma semelhante, os conselheiros apontam para uma defasagem de profissionais da saúde para atendimento das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, além de insuficiência de vagas nas instituições de ensino. Afirmaram que o Barreiro possui muitas áreas populosas e com grande vulnerabilidade social, como a região do Bonsucesso, mas que possuem pouco ou nenhum acesso a políticas e equipamentos públicos.

Os conselheiros afirmaram que a situação do conselho era melhor quando a gestão da PBH operava de maneira descentralizada, por regional. Havia parcerias com muitas organizações da sociedade civil, que hoje não



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

existem mais. Os conselheiros também apontaram a falta de instituições de ensino com tempo integral como um dificultador para que as famílias superem situações de violação de direitos. Disseram que o número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na regional é também insuficiente, já que o Barreiro possui apenas 3 (três) desses equipamentos. Os usuários que procuram o CRAS geralmente enfrentam filas e precisam pegar senhas para atendimento, o que indica que a disponibilidade dos serviços é incompatível com a demanda existente.

A demora no acesso aos serviços socioassistenciais está também relacionada a uma mudança recente nos protocolos da PBH. Antes, os conselheiros podiam encaminhar as famílias diretamente ao Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); atualmente, o encaminhamento deve ser solicitado à Diretoria Regional de Assistência Social (DRAS). Muitas vezes, as famílias aguardam meses para serem incluídas nos serviços socioassistenciais. Os conselheiros afirmaram que os próprios assistentes sociais também estão sobrecarregados e que os serviços socioassistenciais também operam com um número insuficiente de servidores para as demandas do município. Quando as famílias deixam de ser acompanhadas pelos profissionais da saúde, da assistência social ou não conseguem acesso aos serviços da educação, muitas vezes a Justiça acaba determinando a retirada da criança e do adolescente do contexto familiar. A falha do Município e a insuficiência de políticas públicas acabam acarretando em revitimização da criança e do adolescente, encaminhados aos serviços de acolhimento institucional, que, da mesma forma, também operam de maneira precária. Disseram, ainda, que mesmo nos casos em que as famílias conseguem os atendimentos, dificilmente há uma transformação da sua realidade e os problemas acabam permanecendo. Questionaram a falta de busca ativa da PBH para adesão das famílias aos serviços socioassistenciais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Muitas vezes, enviam um comunicado à família e, se ela não comparece ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), afirmam que não houve adesão. Ressaltaram que muitas vezes os equipamentos da assistência social estão mal localizados, o que dificulta o acesso das famílias. Além disso, algumas delas podem nem mesmo receber as notificações da prefeitura, já que áreas como ocupações urbanas, por exemplo, têm dificuldade no acesso a correspondências oficiais.

Houve questionamentos à Portaria SMASAC nº 076/2022, que tornou público o Protocolo nº 2/2022 da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente do Suas com o Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça. A Mesa de Diálogo foi instituída pela Portaria SMASAC nº 88/2019. Entre outras determinações que, segundo os conselheiros, enfraquece a sua atuação, foi o novo protocolo que estabeleceu que a solicitação de inclusão em serviços socioassistenciais, uma das atribuições do Conselho Tutelar, deve ser encaminhada à DRAS, e não feita de maneira direta. Segundo o protocolo, a Diretoria é a responsável por acionar as unidades e os serviços socioassistenciais para intervenção junto à família, de acordo com sua própria avaliação técnica. Para os conselheiros, essa determinação fere a autonomia e a competência do Conselho Tutelar, que deveria ter autoridade para requerer esses serviços, independentemente da avaliação da Diretoria. Segundo o protocolo, a requisição pode ser feita caso a solicitação inicial não tenha sido atendida.

Os conselheiros destacaram ainda que o número de conselhos tutelares no município está defasado, gerando um excesso de casos aos conselheiros e reforçando a sobrecarga de trabalho. A Resolução nº 170/2014 do CONANDA determina a existência de um conselho tutelar para cada 100 mil habitantes. Assim, como a regional Barreiro possui cerca de 300 mil habitantes, deveriam



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

existir ao menos 3 (três) conselhos tutelares para o atendimento de suas famílias.

Os conselheiros afirmaram que a sobrecarga de trabalho gera adoecimento mental. Além disso, argumentam que a sua remuneração está defasada, não tendo recebido reajustes reais nos últimos anos. Assim, atuam em dedicação exclusiva, com sobrecarga de trabalho, acúmulo de funções, alta pressão e pouca valorização.

Os conselheiros pontuaram ainda que os gestores de mais alto escalão da SMASAC não conhecem a realidade do conselho e que há uma dificuldade em se ter acesso aos diretores, subsecretários e secretários da pasta, que tomam decisões à revelia dos conselheiros. Questionaram a falta de rubrica própria no orçamento municipal para as despesas dos conselhos tutelares. Roberto Araújo afirmou que esse orçamento era explícito até 2016.

Os conselheiros mencionaram que a PBH determinou um número máximo de 20 telegramas a serem usados por conselheiro por mês, o que tem se mostrado insuficiente para atender às suas necessidades.

Foi destacado que os conselheiros do CT-Barreiro possuem boas relações interpessoais e que são unidos. Possuem boa relação também com os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD).

A visita se encerrou às 11h30.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA

O Conselho Tutelar Barreiro está instalado em uma casa bem localizada, acessível aos moradores da regional. O espaço de 4 (quatro) das 5 (cinco) salas disponíveis aos conselheiros parece suficiente para a realização dos trabalhos e dos atendimentos. Ressalta-se a ausência de uma sala de reuniões e de local adequado para a espera de crianças e de adolescentes. Além disso,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

os banheiros do equipamento não são acessíveis a pessoas com cadeiras de rodas. As mobílias do conselho são antigas e muitas precisam ser substituídas. Destaca-se que os computadores de trabalho, embora novos, não estão equipados para a realização de videoconferências, que se tornaram frequentes após a pandemia de covid-19.

Além disso, a ausência dos servidores técnico-administrativos gera sobrecarga de trabalho aos conselheiros, que acumulam as funções de atendimento com tarefas administrativas. Destaca-se, ainda, a pressão constante sobre o trabalho dos conselheiros, que se sentem limitados diante da incapacidade de atendimento das demandas das famílias pelas políticas públicas existentes no município.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2024

Marina Abreu Torres
Consultora legislativa
CM 663



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Conselho Tutelar - Centro-sul

Data: 06/05/2024

Endereço: Rua Rio de Janeiro, nº 1.187, 8º andar - Centro.

Requerente: Comissão Especial de Estudo - Melhoria dos Conselhos Tutelares
- Requerimento de Comissão nº 457/24.

Objetivo: Verificar as condições de trabalho, o espaço físico, realizar uma inspeção das instalações e promover discussões sobre casos e desafios do Conselho Tutelar Centro-sul.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa.

Vereadoras e vereadores presentes: Loíde Gonçalves e Marcos Crispim.

Demais presentes: Patrícia Reis (presidenta do Conselho Tutelar Leste), Dalila Rosane (conselheira tutelar), Jorge Custódio (conselheiro tutelar), Adriana Kalina (conselheira tutelar), Luciene Cezarina (conselheira tutelar), Roberto da Silva Araújo (gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares) e assessorias parlamentares.

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita ao Conselho Tutelar Centro-sul (CT-Centro-sul) foi iniciada às 9h10min. Patrícia Reis, presidenta do conselho, conduziu a visita, mostrando o espaço e fornecendo as informações solicitadas. Em um segundo momento, os presentes se reuniram na sala de reuniões do conselho, onde os conselheiros trouxeram informações sobre o trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Seguindo esses dois momentos, este relatório está dividido em duas seções, “estrutura e equipamentos” e “condições de trabalho”, além das considerações finais sobre a visita.

Estrutura e equipamentos

O CT-Centro-sul funciona em um prédio alugado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), localizado no bairro Centro. O conselho ocupa, junto do Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares, o oitavo andar do prédio. O aluguel inclui toda a mobília presente no espaço, além dos eletrodomésticos da cozinha, que se encontram em boa condição de uso. Todos os ambientes contam também com ar condicionado. A estrutura física do conselho é adequada ao seu funcionamento e se encontra em boas condições. Não há porta ou barreira física entre o elevador de acesso ao andar e a recepção do conselho. A presidenta do CT-Centro-Sul destacou que o acesso livre do elevador compromete a segurança do local, ainda que a recepção do prédio tenha com porteiro.

A recepção do conselho é ampla, contando com três mesas de trabalho, dois computadores, impressora e cadeiras para espera dos usuários (Figuras 1 e 2). Em frente à recepção há duas salas: uma sala de brincar (Figura 3), para uso de crianças e adolescentes atendidos, e uma sala administrativa (Figura 4), para as atividades dessa natureza. A sala administrativa possui duas mesas de trabalho, armários, computador e estante. Foi destacado que a janela não possui cortina e a vedação à claridade tem sido feita de maneira improvisada com papelão. O conselho conta com servidora técnico-administrativa do quadro funcional da PBH, que exerce as funções administrativas, organizando os arquivos dos atendimentos, o rodízio dos conselheiros, almoxarifado, entre outras tarefas. O conselho possui ainda uma funcionária que trabalha na recepção, terceirizada da MGS, uma estagiária e um Guarda Civil Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

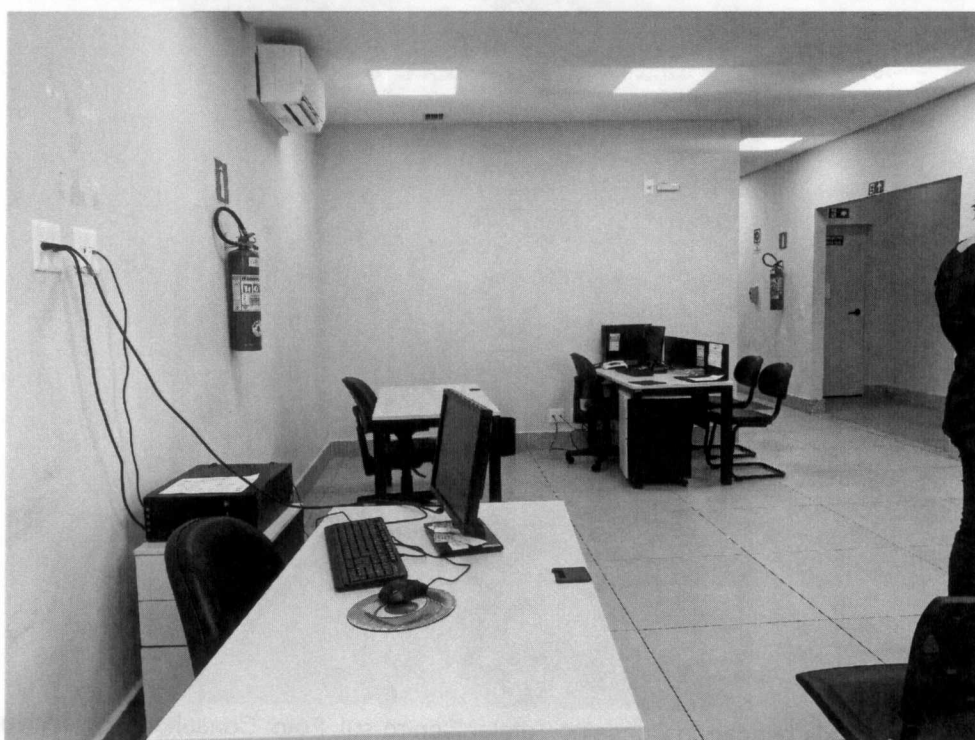


Figura 1 - Recepção do Conselho Tutelar Centro-sul. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



Figura 2 - Recepção do Conselho Tutelar Centro-sul. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 3 - Sala de brincar do Conselho Tutelar Centro-sul. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



Figura 4 - Sala administrativa do Conselho Tutelar Centro-sul. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

O conselho possui também uma sala para arquivos (Figura 5), sala de descanso (Figura 6), sala de reuniões (Figura 7), cozinha/copa (Figura 8), banheiros, sendo um deles acessível a pessoas com cadeiras de rodas e uma sala para trabalho e atendimento de cada um dos 5 conselheiros tutelares (Figura 9). Embora as salas de atendimento sejam pequenas, os conselheiros consideraram que o espaço é adequado, já que podem recorrer à sala de reuniões, mais espaçosa, para atendimentos que envolvam mais pessoas. Como nos outros conselhos, os computadores disponibilizados são novos e têm bom funcionamento.



Figura 5 - Sala de arquivo. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 6 - Sala de descanso. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



Figura 7 - Sala de reuniões. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

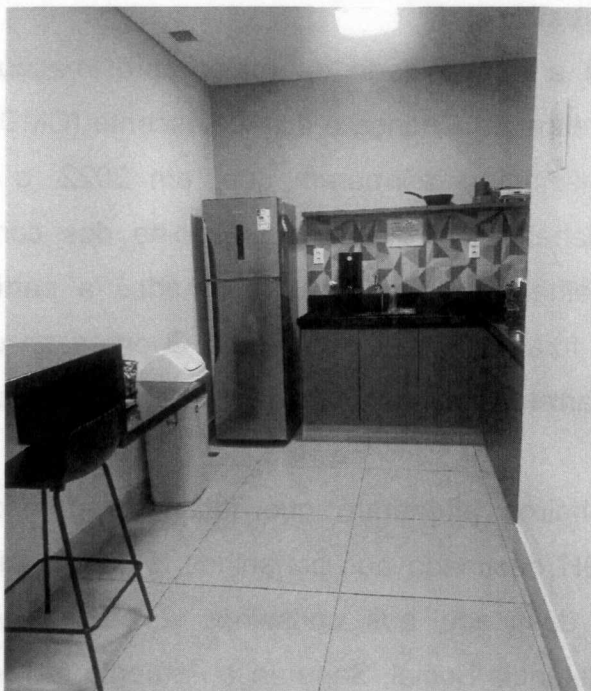


Figura 8 - Cozinha. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

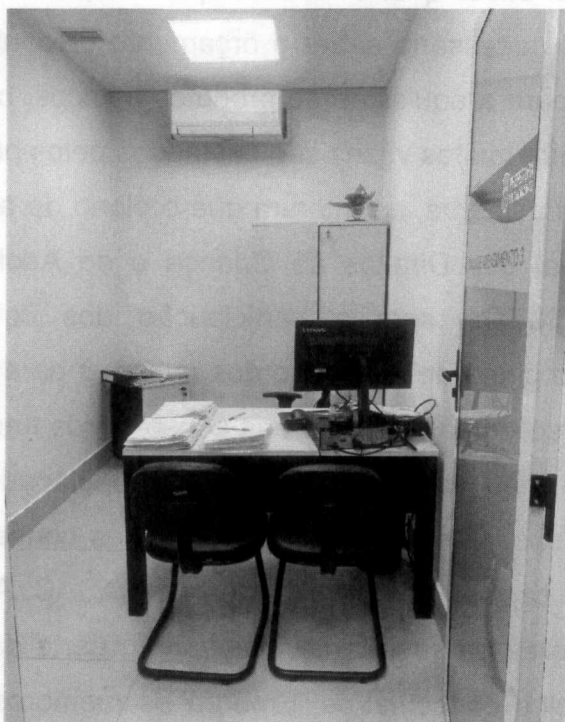


Figura 9 - Sala de atendimento. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Condições de trabalho

Apontou-se a necessidade de maior aproximação entre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os conselhos tutelares. Os conselheiros afirmaram que, em 2022, o CMDCA criou uma comissão para debater o processo de escolha dos conselheiros tutelares. Embora os conselheiros tenham sido chamados a participar da comissão, alegam que não foram de fato escutados. O processo ocorreu com muitas falhas, o que acarretou na anulação da primeira votação, que teve que ser refeita.

Os conselheiros afirmaram que falta transparência em relação ao orçamento da PBH destinado aos conselhos tutelares. Afirmaram que desde 2017 o recurso destinado aos conselhos é centralizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), não sendo possível saber qual a verba disponível para cada conselho tutelar. Destacaram que é necessário saber o orçamento disponível aos conselhos e que falta dinheiro para a aquisição de produtos básicos, como fraldas e lanche para os usuários, que muitas vezes são custeados pelos próprios conselheiros.

De modo semelhante, apontaram que o plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) é elaborado pelo CMDCA sem a participação dos conselheiros tutelares. Comentaram que o plano de aplicação dos recursos para o ano de 2024 prevê a oferta de um curso de capacitação aos conselheiros tutelares, mas que essa capacitação ainda não foi executada. Como destacado em outras visitas técnicas da comissão, não houve acordo entre os conselheiros tutelares e a PBH em relação à capacitação proposta pela SMASAC. A proposta previa que os próprios servidores da secretaria ministrariam parte da capacitação, o que foi questionado pelos conselheiros. Embora os membros do conselho tutelar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

tenham sugerido temas, ementas e palestrantes para a capacitação, as sugestões não foram incorporadas pela prefeitura.

Os conselheiros enfatizaram que o conselho tutelar não é um órgão subordinado à PBH, mas de atuação autônoma. Os conselheiros afirmaram que a regulamentação atual dos conselhos tutelares é antiga e precisa de aprimoramento. Além disso, reivindicam que o cargo não seja mais enquadrado como cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Municipal (DAM) 4, mas sim como DAM-6, na estrutura remuneratória da prefeitura.

Os conselheiros do CT-Centro-sul enfatizaram que o trabalho envolve múltiplas demandas além dos atendimentos aos usuários. Eles recebem com frequência questionamentos de delegacias, escolas e de outros órgãos de defesa de direitos da criança e do adolescente, aos quais têm que responder com prazo curto.

Como em outras visitas técnicas da comissão, os conselheiros ressaltaram que faltam políticas públicas no município para o atendimento das crianças e dos adolescentes acompanhados pelo conselho tutelar. Afirmaram que muitas vezes os usuários atendidos pelo conselho não conseguem acessar os serviços para os quais foram encaminhados. Faltam vagas nas instituições de ensino e profissionais de saúde, como psicólogos e neuropediatras. As famílias também enfrentam dificuldades para garantir acesso à educação inclusiva para filhos com deficiência. Os conselheiros destacaram que os serviços socioassistenciais do município são também limitados e que muitos casos graves se encontram parados, sem acompanhamento das famílias. Avaliam que há uma sobrecarga de casos para os técnicos da assistência social e que a política atua de modo ineficaz. Também consideram que as instituições de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do município operam de maneira precária, sendo comum situações de violação de direitos, como a separação de irmãos. Destacaram que embora as famílias e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

órgãos de Justiça questionem a atuação do conselho tutelar, a responsabilidade de execução das medidas é da Prefeitura.

Diante da sobrecarga de trabalho nos conselhos tutelares e da falta de políticas públicas para resolução dos casos encaminhados, os conselheiros não possuem disponibilidade de tempo para atuar na frente de prevenção.

Foi ressaltada a necessidade de aprimoramento da relação entre a Assistência Social do município e os conselhos tutelares.

Quanto aos equipamentos, os conselheiros consideram que a estrutura física do conselho tutelar é, no geral, adequada. Entre as necessidades de melhoria está a aquisição de *smartphone*, já que não há telefone fixo no conselho e o telefone celular disponível é antigo. Os computadores do conselho, embora sejam novos, não estão equipados para realização de videochamadas. Nesses casos, os conselheiros precisam usar os seus próprios telefones.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA

O CT-Centro-sul está bem localizado e possui uma estrutura física adequada para o desenvolvimento dos trabalhos. Os espaços possuem mobiliário novo e estão equipados com ar condicionado. Percebe-se também uma boa organização dos procedimentos internos e boa relação interpessoal entre os trabalhadores.

Como verificado em outros conselhos tutelares, a insuficiência das políticas públicas existentes no município, especialmente nas áreas da educação, saúde e assistência social, impacta a efetividade dos encaminhamentos feitos no conselho. Ao mesmo tempo, os conselheiros recebem cobranças das famílias e de outros órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, para as quais têm pouca capacidade em atender, já que cabe à prefeitura a execução das medidas determinadas pelo conselho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Destaca-se, como em outros conselhos, uma sobrecarga de trabalho sobre os conselheiros e muita pressão sobre a sua atuação, o que tem feito com que reivindiquem uma maior valorização para o cargo e a melhoria das relações institucionais com a PBH e com o CMDCA.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2024

Marina Abreu Torres

Consultora legislativa

CM 663



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Conselho Tutelar - Leste

Data: 26/04/2024

Endereço: Rua Casa Branca, nº142, Pompéia.

Requerente: Comissão Especial de Estudo - Melhoria dos Conselhos Tutelares
- Requerimento de Comissão nº 454/24.

Objetivo: Verificar as condições de trabalho, o espaço físico, realizar uma inspeção das instalações e promover discussões sobre casos e desafios do Conselho Tutelar Leste.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa.

Vereadoras e vereadores presentes: Loíde Gonçalves, Marcos Crispim e Fernando Luiz.

Demais presentes: Lívia Santos (presidenta do Conselho Tutelar Leste), Márcia Crispim (conselheira tutelar), Lucas Demétrio (conselheiro tutelar), Alida Costa (conselheira tutelar), Vânia Costa (conselheira tutelar), Roberto da Silva Araújo (gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares), Maria Thereza Fonseca (vice-presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, assessorias parlamentares).

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita ao Conselho Tutelar Leste (CT-Leste) foi iniciada às 9h50min, com a apresentação das pessoas presentes. A presidenta do conselho conduziu a visita e todos os conselheiros presentes acompanharam os parlamentares aos diferentes espaços do imóvel, mostrando os equipamentos e as instalações e fornecendo as informações solicitadas. Em um segundo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

momento, os presentes se reuniram em uma das salas, onde os conselheiros trouxeram informações sobre as condições do trabalho e de funcionamento do Conselho Tutelar. Seguindo esses dois momentos, este relatório está dividido em duas seções, “estrutura e equipamentos” e “condições de trabalho”, além das considerações finais sobre a visita.

Estrutura e equipamentos

O Conselho Tutelar Leste está localizado em uma casa alugada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), com espaço de garagem (Figura 1), espaço externo para espera (Figura 2), pequeno quintal ao fundo e dois andares. Há uma sala para cada um dos conselheiros, onde realizam os atendimentos. Uma delas está localizada no primeiro andar e as outras quatro estão no segundo pavimento. A sala do primeiro andar é a mais ampla, sendo também o local de realização de reuniões (Figura 3). A sala possui mesas para trabalho e atendimento, armário, mesa redonda para reuniões e computador. Destacou-se que a cadeira utilizada pela conselheira está quebrada.

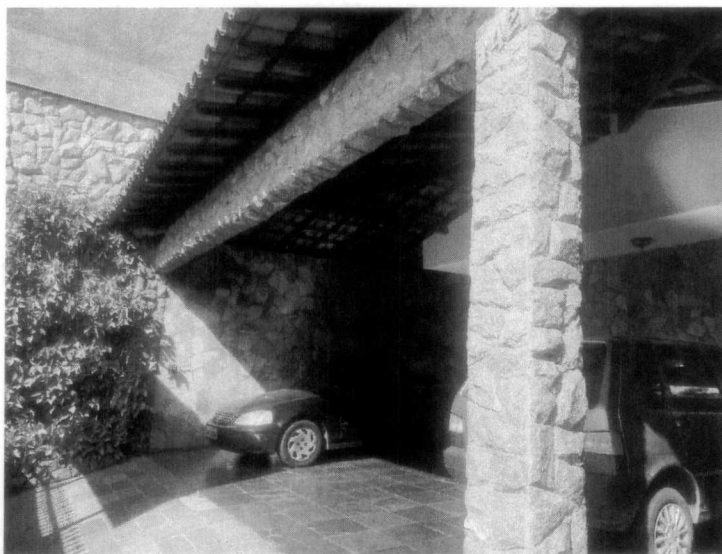


Figura 1 - Garagem para carros do CT-Leste. Foto: Consultoria legislativa/CMBG.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 2 - Espaço externo para espera. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

Ao lado da sala, está localizada a recepção (Figura 4), que possui um bebedouro e um pequeno espaço com brinquedos para a espera de crianças (Figura 5).



Figura 3 - Sala de uma das conselheiras tutelares, localizada no primeiro pavimento. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 4 - Recepção do CT-Leste. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



Figura 5 - Espaço da recepção com brinquedos para crianças. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

No primeiro pavimento há, ainda, uma sala para os trabalhos administrativos, conectada à copa (Figura 6). O conselho não possui servidor técnico-administrativo do quadro da PBH; os serviços são realizados por funcionária terceirizada da empresa MGS e por uma estagiária. Ressaltou-se que as cadeiras do espaço são antigas e se encontram em más condições. Além disso, a sala do administrativo possui apenas 1 (um) computador.



Figura 6 - Sala para serviços administrativos, conectada à copa. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

Em seguida, os presentes foram à área externa da casa (Figura 7), onde há uma sala anexa em que ficam guardada parte dos arquivos antigos do conselho (Figura 8).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 7 - Área externa, com pequeno quintal.
Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



Figura 8 - Sala onde são guardados os arquivos do CT-Leste. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

O primeiro pavimento da casa conta ainda com uma pequena sala para armazenamento de materiais de limpeza e para uso do Guarda Civil Municipal, com uma cozinha e com banheiro para os usuários. Destacou-se que o banheiro não possui acessibilidade, uma vez que a porta é muito estreita.

O segundo andar possui 4 (quatro) salas para trabalho e atendimento dos conselheiros tutelares (Figuras 8, 9, 10 e 11). Os conselheiros ressaltaram que os atendimentos a pessoas com cadeira de rodas ocorrem na sala do primeiro pavimento, já que o segundo andar não é acessível.

Uma das salas do segundo andar está conectada a um pequeno espaço de armazenamento de arquivos e possui banheiro próprio. Todas as salas possuem mesa para trabalho e atendimento, cadeiras, 1 (um) computador e armário (com exceção da sala onde está o arquivo). Foi ressaltado que as cadeiras de algumas das salas são de jantar e que nem todas as salas possuem ventilador.

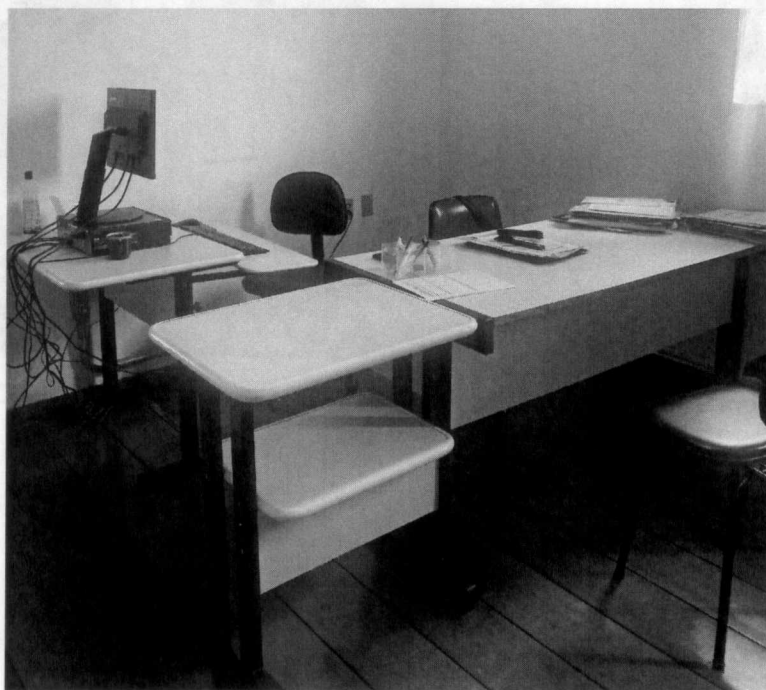


Figura 8 - Sala de uma das conselheiras tutelares. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 9 - Sala do conselheiro tutelar. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

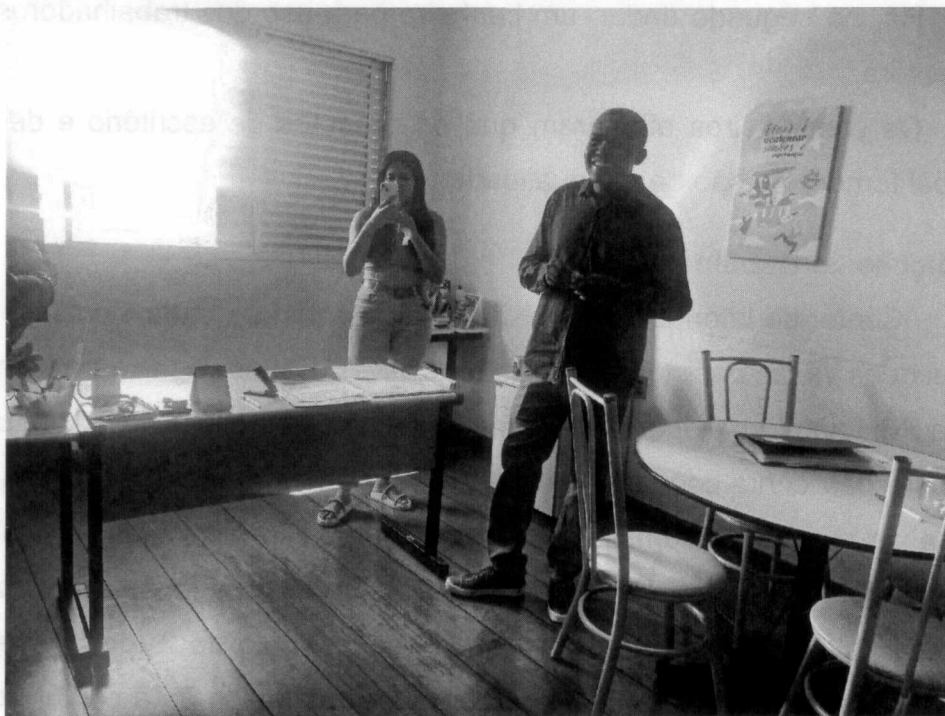


Figura 10 - Sala de uma das conselheiras tutelares. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

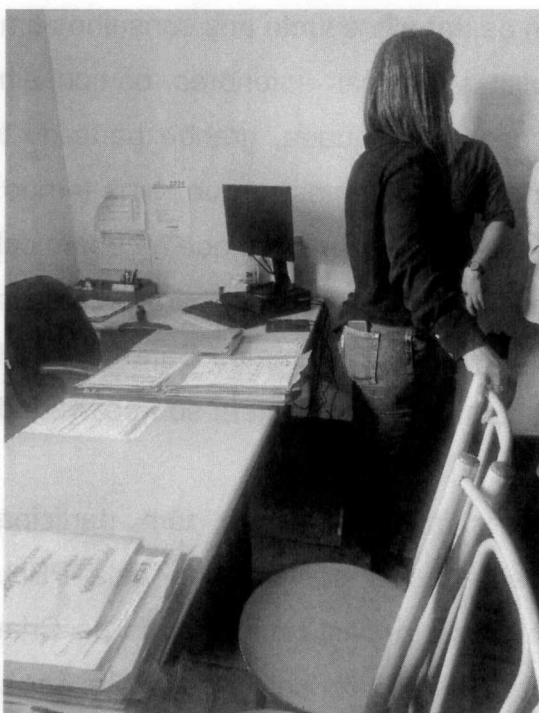


Figura 11 - Sala de uma das conselheiras tutelares. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Há, no segundo andar, um banheiro para uso dos trabalhadores e uma impressora.

Os conselheiros afirmaram que os produtos de escritório e de higiene pessoal fornecidos são de má qualidade.

Condições de trabalho

Conforme informado em visita técnica anterior¹, cada Conselho Tutelar possui duas vagas para técnicos-administrativos e duas vagas para estagiários, mas a PBH não tem disponibilizado os servidores aos conselhos. Atualmente, o CT-Leste não conta com nenhum servidor técnico-administrativo do quadro da PBH e as atividades administrativas e de recepção são desempenhadas por duas funcionárias terceirizadas, disponibilizadas por meio de contrato com a empresa MGS. O conselho conta ainda com o apoio de 2 (dois) estagiários. Roberto Araújo informou ainda que os conselhos passarão a contar com uma equipe para assessoramento jurídico. A previsão inicial era de que os servidores iniciariam os trabalhos junto aos conselhos em maio de 2024.

Como em visitas técnicas anteriores, os conselheiros destacaram que sem estrutura de pessoal adequada, grande parte do trabalho administrativo acaba sendo feita por eles mesmos, o que toma tempo das atividades-fim do Conselho Tutelar. Além disso, afirmaram que recebem cobranças, convocações para participação de reuniões e pedidos para prestação de informações com urgência dos outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Em geral, se sentem sobrecarregados e com acúmulo de tarefas.

Os conselheiros afirmaram que têm participado do processo de formulação da capacitação a ser ofertada pela PBH. A capacitação para conselheiros tutelares está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No CT-Leste, 3 (três) conselheiros estão em seu primeiro mandato.

¹ Aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 453/2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Destacaram que estão há 4 (quatro) meses atuando sem ter participado da capacitação. Recentemente, a PBH elaborou uma proposta, que foi rejeitada pelos conselheiros. A proposta de capacitação incluía a participação de apenas um palestrante externo; o restante das atividades seriam ministradas pelos próprios servidores da SMASAC, o que foi considerado inapropriado pelos conselheiros, uma vez que o quadro da PBH não teria vivência prática nos conselhos tutelares.

O vereador Fernando Luiz questionou a opção da PBH por realizar uma capacitação sem custos nenhum, uma vez que existem recursos disponíveis no orçamento para essa finalidade no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Os conselheiros ressaltaram que faltam políticas públicas no município para o atendimento das crianças e dos adolescentes acompanhados pelo conselho tutelar. Os conselheiros fazem encaminhamentos à Saúde, Assistência Social e à Educação, mas muitas vezes as medidas não são executadas. Em geral, percebem que faltam profissionais na rede de saúde, como psicólogos e neuropediatras, e vagas nas instituições de ensino. As famílias também enfrentam dificuldades em relação à educação inclusiva para filhos com deficiência. Da mesma forma, os requerimentos para inclusão das famílias nos serviços socioassistenciais são muitas vezes descumpridos. Os conselheiros destacaram que a requisição feita por eles deve ser atendida pela PBH, já que não se trata de uma mera solicitação. Assim, destacaram que embora as famílias questionem a atuação do conselho tutelar, a responsabilidade de execução das medidas é da Prefeitura. Os conselheiros disseram que são também cobrados por escolas e pelos órgãos da Justiça. No entanto, afirmam que é a insuficiência de políticas públicas o que faz com que as situações de violação de direitos não sejam superadas. Algumas vezes, os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

casos resultam em acolhimento institucional da criança ou do adolescente, o que pode configurar nova violação de direitos.

Os conselheiros questionaram a falta de diálogo da Prefeitura, da Câmara Municipal e do CMDCA com os conselhos tutelares. Embora o ECA tenha previsão de que os conselheiros atuem como assessores nas definições do orçamento da criança e do adolescente, foi destacado que o CMDCA nunca incluiu os conselheiros em seus processos decisórios.

Como em outros conselhos, foi destacado que todas as informações relativas aos atendimentos são registradas em papel — embora o sistema informatizado do Governo Federal exista, ele não foi implantado em Belo Horizonte. A ausência de um sistema para registro dos dados de atendimento e compilação de banco de dados unificado dificulta a prestação de informações a outros órgãos. Roberto Araújo afirmou que a sua gerência elaborou uma planilha modelo com informações básicas para serem preenchidas pelos conselheiros após os atendimentos, mas que não houve adesão pela maior parte dos conselhos. Os conselheiros afirmaram que a sobrecarga de trabalho dificulta que façam tarefas desse tipo e que o ideal seria a implementação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA

O Conselho Tutelar Leste está instalado em um imóvel amplo, com salas de atendimento de tamanho adequado. Ressalta-se a ausência de uma sala de reuniões e de local adequado para a espera de crianças. As mobílias do conselho são antigas e muitas precisam ser substituídas.

Além disso, destaca-se que apenas um profissional para as demandas administrativas parece insuficiente ao conselho, gerando sobrecarga de trabalho aos conselheiros, que acumulam as funções de atendimento com tarefas administrativas. O trabalho dos conselheiros é ainda dificultado devido à



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

insuficiência de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social em qualidade e quantidade suficiente às demandas das famílias.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2024

Marina Abreu Torres
Consultora legislativa
CM 663



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Cabe ressaltar que a PBH conta com uma estrutura de gestão de arquivos e é importante que os conselhos tutelares sejam incluídos na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos², com a definição de prazo para arquivamento definitivo ou eliminação dos arquivos.

Atualmente, todo o registro dos casos acontece por meio do preenchimento de formulários impressos e anexados ao arquivo de cada pessoa atendida. Esse formato dificulta o acesso dos conselheiros às informações de cada caso e impede a integração entre diferentes conselhos tutelares. Outros municípios utilizam o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Sipiá, mantido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. A implantação do Sipiá em Belo Horizonte aparece recorrentemente no planejamento anual do CMDCA (incluindo o de 2024), mas a adoção efetiva do novo sistema ainda não aconteceu.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2024

Leonardo Assis Silva
Consultor Legislativo
CM 611

² A primeira versão da tabela foi publicada como anexo do Decreto nº 9.223/1997, mas não há menção expressa aos conselhos tutelares. Não foi possível ter acesso à tabela atual, já que a ferramenta exige login com conta de servidor da PBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

elaboração da proposta orçamentária, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No final da visita, os vereadores presentes ressaltaram a importância da divulgação do papel dos conselhos tutelares, para que a população entenda seus direitos e desconstrua imagens negativas e preconceituosas sobre o serviço prestado. A visita se encerrou às 11h05.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA

Em março de 2018, a Comissão de Direitos Humanos da CMBH realizou visita técnica ao Conselho Tutelar Nordeste e, na ocasião, foram constatados problemas de recursos materiais, recursos humanos, segurança e gestão da informação¹. Desde então, muitos desses problemas foram superados, mas outros se mantêm em situação muito parecida.

Entre os problemas que permanecem, um dos principais é a disponibilização de servidores de apoio ao trabalho dos conselheiros tutelares. Sem estrutura de pessoal adequada, uma grande parte do trabalho administrativo precisa ser feita pelos próprios conselheiros, tomando tempo que poderia ser dedicado a outras atividades. Ainda sobre esse ponto, é importante destacar que, mesmo a PBH tendo realizado uma avaliação ampla para subsidiar a contratação de recepcionista terceirizada, permanece na lei a obrigatoriedade de manter uma secretaria com “servidores municipais”, o que hoje não acontece.

Outro problema antigo, e que piora com o passar do tempo, é o espaço ocupado por documentos antigos, que já não são consultados há muitos anos.

¹ O relatório da visita técnica está disponível na página do Requerimento de Comissão nº 157/2018: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/requerimento-de-comissao/157/2018>.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

crianças aguardam atendimento. Segundo Luciana Fidelis, quando surge a demanda, os conselheiros disponibilizam giz de cera e desenhos para colorir.

Segundo Roberto Araujo, cada conselho tutelar tem duas vagas para técnicos-administrativos e duas vagas de estagiário. Apesar disso, tem sido difícil manter a alocação de pessoal adequada, considerando a alta rotatividade de ambas as funções. Após dimensionamento da força de trabalho, decidiu-se pela contratação de uma recepcionista terceirizada no âmbito de um contrato com a empresa MGS. Ainda segundo Roberto, a partir de maio de 2024 os conselhos tutelares também terão assessoramento jurídico, por meio de uma equipe de 4 pessoas, que auxiliará os 10 conselhos tutelares do Município.

Atualmente, há um guarda municipal no local durante todo o horário de funcionamento. Luciana Fidelis relatou que o Conselho Tutelar ficou sem ter um guarda fixo durante algum tempo, o que aumentou muito a sensação de insegurança, considerando que os conselheiros lidam com pessoas e famílias relacionadas ao tráfico de drogas na região. Desde o retorno do guarda, a situação está mais tranquila.

Ao ser questionada sobre a relação com outros órgãos e entidades, Luciana disse que o Conselho Tutelar Nordeste tem bom diálogo com a rede de proteção a crianças e adolescentes, como um todo. O Conselho atua de forma próxima a outros órgãos públicos da região e também tem parcerias com entidades privadas, como a universidade Universo, que recebe demandas de saúde que não são atendidas na rede municipal.

O diálogo com a PBH, segundo a conselheira, também foi melhorando ao longo dos anos (todos os cinco conselheiros tutelares foram reeleitos em 2023). Nos últimos meses, o Conselho participou ativamente da construção de uma capacitação que a PBH ofertará a partir de maio de 2024. Segundo Maria Thereza Fonseca, a expectativa do CMDCA é de que, com a capacitação, os conselheiros tenham mais condição de assessorar o poder público na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Horizonte - PBH - e que, em breve, seria realizada uma obra para ampliação da recepção e pintura das paredes internas e externas. Segundo o gerente, o projeto já estava aprovado e a obra seria realizada pela PBH.

Em seguida, todos se dirigiram ao interior do equipamento. A conselheira Luciana Fidelis, presidenta do Conselho Tutelar Nordeste, mostrou as salas dos conselheiros tutelares, onde também são feitos os atendimentos. Cada conselheiro conta com uma sala própria, estrutura que, segundo Luciana, é adequada para o trabalho, inclusive quanto à privacidade necessária para o atendimento. Todas as salas estão equipadas com computador.

Próximo às salas dos conselheiros, há uma impressora e várias prateleiras com arquivos em papel. No total, há quatro ambientes diferentes sendo utilizados para a guarda de arquivos dos casos atendidos pelo conselho, que são separados por data. Segundo Roberto Araújo, a PBH está analisando a possibilidade de retirar dos conselhos tutelares os arquivos antigos.

Na parte externa do equipamento, há uma área descoberta, que atualmente não é utilizada. Segundo Luciana, quando os conselheiros encaminharam pedidos de obras à PBH, solicitaram a criação de uma garagem, com entrada de veículos pela rua Ibertioga. Atualmente, os conselheiros que utilizam motocicleta deixam o veículo em um corredor próximo à entrada, mas aqueles que utilizam carros estacionam nas ruas em torno do Conselho. O pedido de instalação de garagem foi negado pela PBH, porque, nesse caso, a obra não poderia ser executada com a estrutura da Gerência de Manutenção. Para os deslocamentos de trabalho, o Conselho Tutelar tem um carro à disposição, o que tem se mostrado suficiente, segundo a conselheira e os representantes da PBH presentes.

Ainda sobre a estrutura do imóvel, a vereadora Loíde Gonçalves observou a ausência de estrutura lúdica na sala de espera, onde muitas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Conselho Tutelar - Nordeste

Data: 19/04/2024

Endereço: Av. Bernardo de Vasconcelos, nº 1.379, bairro Cachoeirinha.

Requerente: Comissão de Melhoria dos Conselhos Tutelares - Requerimento de Comissão nº 453/24.

Objetivo: Verificar as condições de trabalho, o espaço físico, realizar uma inspeção das instalações e promover discussões sobre casos e desafios do Conselho Tutelar Nordeste.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa.

Vereadoras e vereadores presentes: Loíde Gonçalves, Marcos Crispim e Pedro Patrus.

Demais presentes: Luciana Fidelis (presidenta do Conselho Tutelar Nordeste) Roberto da Silva Araújo (gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares), Maria Thereza Fonseca (vice-presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA); Elisângela Pereira Mendes (secretária executiva do CMDCA).

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita ao Conselho Tutelar Nordeste foi a primeira de uma série de visitas técnicas que a Comissão Especial de Melhoria dos Conselhos Tutelares fará nos meses de abril e maio de 2024. A visita iniciou-se às 10h, quando houve uma rodada de apresentação dos presentes na área de espera do Conselho. Roberto Araújo, gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares, explicou que o imóvel é de propriedade da Prefeitura de Belo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

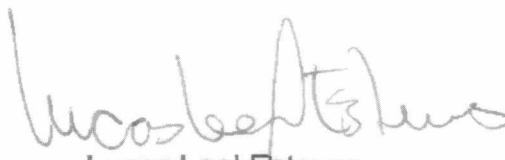
Of. Dirleg nº 2.789/24

Belo Horizonte, 30 de abril de 2024

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, por delegação do Presidente desta Casa, o relatório da Visita Técnica aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 453/24, elaborado pela Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol.

Atenciosamente,



Lucas Leal Esteves
Diretor do Processo Legislativo

Excelentíssimo Senhor
Vereador Fernando Luiz
Presidente da Comissão Especial de Estudos sobre Melhoria dos Conselhos
Tutelares



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Conselho Tutelar - Noroeste

Data: 10/05/2024

Endereço: Rua Peçanha, 144, 3º andar, bairro Carlos Prates.

Requerente: Comissão Especial de Estudo - Melhoria dos Conselhos Tutelares
- Requerimento de Comissão nº 458/24.

Objetivo: Verificar as condições de trabalho, o espaço físico, realizar uma inspeção das instalações e promover discussões sobre casos e desafios do Conselho Tutelar Noroeste.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa.

Vereadoras e vereadores presentes: Loíde Gonçalves, Marcos Crispim e Fernando Luiz.

Demais presentes: Laura Moreira (presidenta do Conselho Tutelar Noroeste), Lenimara Rocha (conselheira tutelar), Ricardo Pepita (conselheiro tutelar suplente em exercício), Gleiciane Martins (conselheira tutelar), Danielle Lúcia (conselheira tutelar), Roberto da Silva Araújo (gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares), Maria Thereza Fonseca (vice-presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA) e assessorias parlamentares.

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita ao Conselho Tutelar Noroeste (CT-Noroeste) foi iniciada às 9h30min. Laura Rocha, presidenta do conselho, conduziu a visita, mostrando o espaço e fornecendo as informações solicitadas sobre o ambiente e sobre a estrutura interna do equipamento. Em um segundo momento, além da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

presidenta, os demais conselheiros tutelares se reuniram com os participantes da visita técnica em espaço de reuniões do conselho, onde foram debatidas questões pertinentes ao seu trabalho e funcionamento.

Seguindo esses dois momentos, este relatório está dividido em duas seções, “estrutura e equipamentos” e “condições de trabalho”, além das considerações finais sobre a visita.

Estrutura e equipamentos

O CT-Noroeste funciona em um prédio alugado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), no bairro Carlos Prates, onde também estão localizados o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da regional, a Coordenadoria de Atendimento da Regional Noroeste, a Diretoria Regional de Assistência Social (DRAS) Noroeste, entre outros equipamentos públicos.

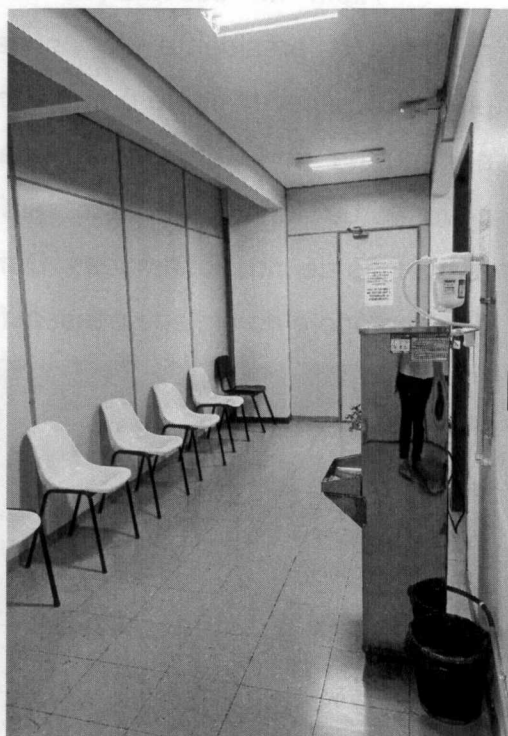
O conselho ocupa todo o terceiro andar do edifício. Ao contrário do prédio onde funciona o Conselho Tutelar Centro-sul, que foi alugado mobiliado, os móveis do CT-Noroeste pertencem à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). A entrada do andar conta com um pequeno espaço de espera, com acesso ao guichê da recepção. O espaço possui cadeiras, bebedouro, pequena área para crianças, com mesa infantil e brinquedos e banheiro acessível (Figuras 1, 2 e 3). O espaço interno do conselho conta com 5 salas de atendimento (Figura 4), para uso de cada um dos conselheiros tutelares, sala de arquivo, uma pequena copa e sala administrativa. As salas dos conselheiros são espaçosas e contam com banheiro próprio. Foi destacado que os móveis utilizados são antigos, sendo necessária a substituição de mesas, cadeiras, armários e estantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figuras 1 e 2 - Recepção do Conselho Tutelar Noroeste. Consultoria legislativa/CMBH.



Figura 3 - Área infantil. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Além da substituição dos móveis, faltam às salas ventiladores e cortinas. A presidenta do conselho destacou que a ausência de cortina prejudica especialmente o trabalho em sua sala, que recebe muita luz solar no período da tarde. Todas as salas de atendimento possuem computadores novos, que funcionam bem, embora não possuam funcionalidade para a realização de videochamadas. Durante a visita, foi destacado que os materiais de escritório e de higiene pessoal fornecidos são de má qualidade.

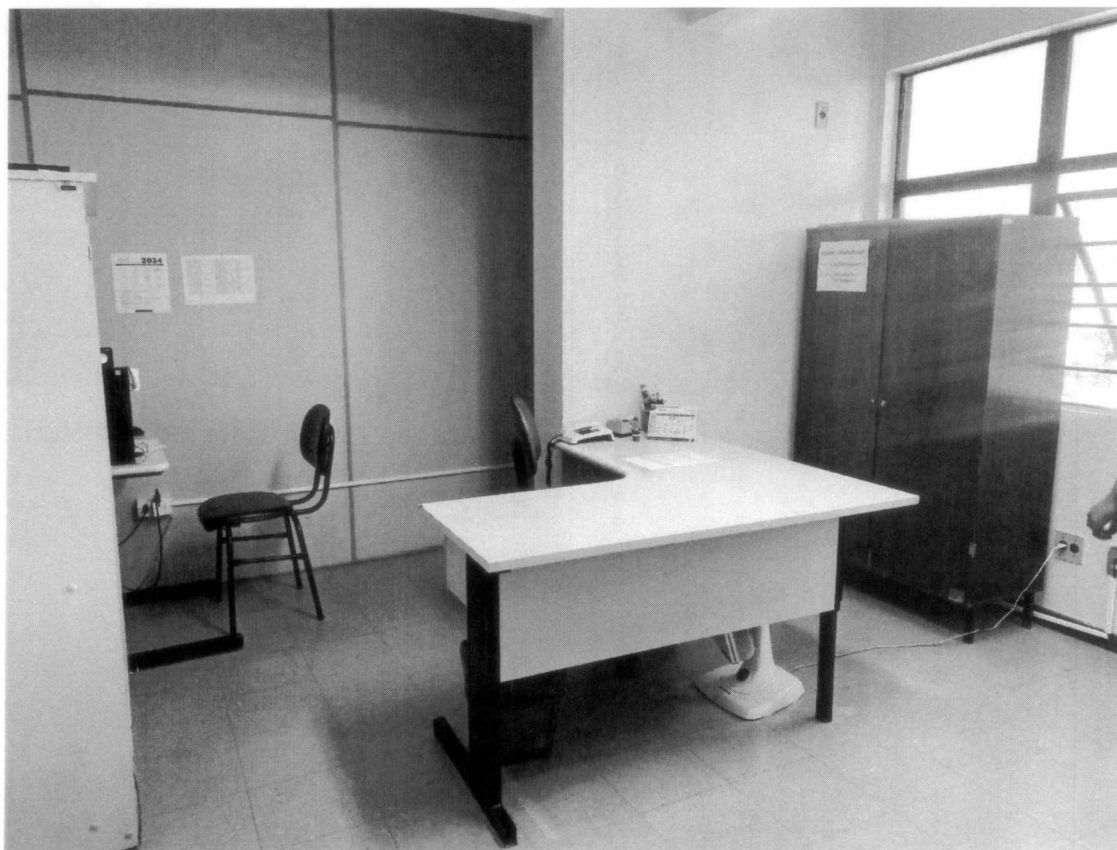


Figura 4 - Sala para atendimento. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

A sala de armazenamento dos arquivos físicos (Figura 5) é espaçosa, sendo equipada com estantes e gaveteiros de metal. Foi ressaltado que os gaveteiros são antigos, não sendo possível fechar muitas de suas gavetas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 5 - Sala do arquivo.

O conselho não possui cozinha. O equipamento conta com uma pequena sala utilizada como copa (Figura 6), que possui microondas, adquirido pelos próprios conselheiros, geladeira, estante e pequena mesa de escritório. Não foi possível instalar uma pia no local, em decorrência de aspectos estruturais do edifício.

Há, ainda, um espaço comum, entre duas salas, com uma pequena mesa redonda, onde são realizadas as reuniões.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 6 - Copa. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

A sala de atividades administrativas do conselho está conectada à recepção e é formada por dois espaços conectados. No primeiro, há um guichê de atendimento e bancada com 2 computadores, para utilização dos servidores administrativos, recepcionistas e estagiários (Figura 7). Não há estagiário lotado no setor atualmente. A recepcionista, como em quase todos os outros conselhos tutelares, é terceirizada da empresa MGS. Há uma servidora técnico-administrativa do quadro da PBH lotada no CT-Noroeste, que trabalha no conselho há 21 anos. O segundo espaço possui uma estante para armazenamento de materiais de escritório, uma mesa de trabalho, armário, um banheiro e um bebedouro.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

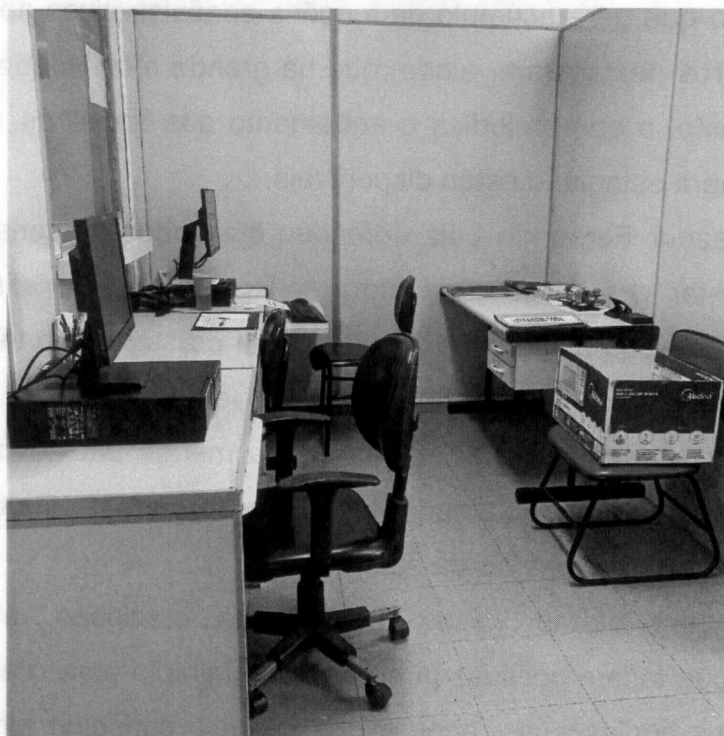


Figura 7 - Recepção e secretaria do CT-Noroeste. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

Condições de trabalho

A presidenta do conselho destacou que a estrutura física do equipamento é adequada, mas não as ferramentas disponíveis para o trabalho, incluindo o material de escritório, o número de servidores técnico-administrativos disponíveis e o mobiliário. Foi enfatizado que as salas não possuem ventilador e cortina, o que prejudica o conforto térmico dos ambientes. Os conselheiros ressaltaram que os computadores, embora novos, não estão equipados para a realização de videochamadas e que participam de reuniões remotas utilizando os seus aparelhos celulares pessoais. Além disso, o número de computadores para as atividades administrativas é insuficiente. Roberto Araújo ressaltou que todos os conselhos precisam de mais dois computadores para essas atividades.

Como já mencionado, o CT-Noroeste possui uma servidora técnico-administrativa, que trabalha há 21 anos no equipamento. Assim, há um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

cargo vago, o que gera acúmulo de funções administrativas aos conselheiros. Os conselheiros destacaram, ainda, que há grande rotatividade de estagiários no equipamento, o que prejudica o andamento dos trabalhos. Atualmente, as duas vagas para estagiário estão disponíveis.

O vereador Fernando Luiz defendeu que todos os conselhos tutelares deveriam contar com assessoria jurídica. Roberto Araújo afirmou que uma equipe de 4 pessoas está sendo formada para prestar apoio técnico e jurídico aos 10 conselhos, com previsão para início ainda em maio. Os presentes afirmaram que o ideal seria a lotação de ao menos um advogado em cada conselho tutelar, para o atendimento de demandas imediatas, sem a necessidade de deslocamento da equipe.

Como em outras visitas técnicas da comissão, os conselheiros ressaltaram que faltam políticas públicas no município para o atendimento das crianças e dos adolescentes acompanhados pelo conselho tutelar. Afirmaram que muitas vezes os usuários atendidos pelo conselho não conseguem acessar os serviços para os quais foram encaminhados. Faltam vagas nas instituições de ensino e profissionais de saúde, como psicólogos e neuropediatras. Existem áreas na regional, como Bairro Pindorama, com grande déficit de vagas nas escolas. Crianças de 0 a 3 anos, em particular, têm dificuldade para conseguir vagas e, muitas vezes, a administração pública alega que não é sua obrigação ofertar vagas para essa faixa etária. Os conselheiros destacaram que embora a família possa optar por não colocar o filho de 0 a 3 anos na educação infantil, é seu direito acessá-la, caso deseje. Por isso, é obrigação do poder público disponibilizar vagas suficientes para a demanda.

Foi ressaltado que a defasagem de atendimentos e de profissionais na área da saúde é também um problema, especialmente no campo da saúde mental. Reconhecem que o problema não se limita ao município de Belo Horizonte, mas se insere em um quadro nacional de falta de profissionais nas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

áreas ligadas à pediatria e psiquiatria. Destacaram que muitas vezes os profissionais das escolas não estão capacitados para lidar com os problemas de saúde mental dos estudantes e procedem pedindo a transferência de alunos, o que não resolve os problemas.

Afirmaram que as escolas cobram o conselho pela resolução dos casos, responsabilizando-os pela permanência das situações de violação de direitos. No entanto, enfatizaram que o papel do conselho é realizar encaminhamentos e não executar os serviços.

Os conselheiros destacaram também a demora para inserção das crianças, adolescentes e suas famílias nos serviços socioassistenciais. Avaliam que há uma sobrecarga de casos para os técnicos da assistência social e que a política atua de modo ineficaz. Questionaram também a falta de busca ativa da PBH para adesão das famílias aos serviços socioassistenciais. Mencionaram que o Protocolo nº 2/2022 da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente do Suas com o Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça¹ trouxe disposições que enfraqueceram a atuação do conselho. Segundo o protocolo, o encaminhamento feito pelo Conselho Tutelar à assistência social deve ser analisado por equipe técnica da pasta, que reavalia, portanto, a necessidade de inserção nos serviços apontada pelo órgão. Os conselheiros, no entanto, ressaltaram que não cabe à Assistência Social reavaliar o encaminhamento, já que é competência do conselho tutelar requisitar o serviço e o órgão público deve aplicar a medida determinada.

De modo geral, avaliam que as políticas sociais do município são insuficientes para atender às demandas, o que faz com que as medidas determinadas pelo conselho não sejam eficazes.

Ressaltaram que a sociedade não sabe o real papel do conselho tutelar e que imagens negativas são inadequadamente construídas sobre o serviço.

¹ Disponível em: <<https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/13924>>. Acesso em 17 de maio de 2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Os presentes questionaram, ainda, a falta de transparência no orçamento municipal destinado aos conselhos tutelares.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA

O CT-Noroeste está bem localizado e conta com um espaço físico adequado para o desenvolvimento de seus trabalhos. Melhorias necessárias incluem a substituição de itens do mobiliário, como cadeiras e armários, a instalação de cortinas nas janelas, a aquisição de ventiladores e de equipamentos para a realização de videochamadas, como *webcams* e microfones para uso nos computadores.

Como verificado em outros conselhos tutelares, a insuficiência das políticas públicas existentes no município, especialmente nas áreas da educação, saúde e assistência social, impacta a efetividade dos encaminhamentos feitos no conselho. Ao mesmo tempo, os conselheiros recebem cobranças das famílias e de outros órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, para as quais têm pouca capacidade em atender, já que a execução das medidas não cabe a eles.

Os recursos orçamentários destinados aos conselhos tutelares estão inseridos na Ação 2860 - "Promoção, proteção e defesa de direitos das crianças, adolescentes e suas famílias" do Plano Plurianual de Ação Governamental 2022-2025 da Prefeitura de Belo Horizonte.

O valor orçado para essa ação no ano de 2023, segundo a Revisão do PPAG para os anos de 2023-2025 era de R\$ 10.058.887,00, divididos nas seguintes subações:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Quadro 1 - Orçamento previsto e executado para a Ação 2860 - “Promoção, proteção e defesa de direitos das crianças, adolescentes e suas famílias” em 2023 (em reais)

Subação	Valor orçado	Crédito Disponível	Empenhado
Apoio e assessoramento à rede de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente	774.623,00	774.623,00	580.993,11
Realização de Diagnóstico	810.000,00	810.000,00	300.000,00
Acompanhamento e assessoramento dos Conselhos Tutelares	6.888.629,00	4.073.960,70	1.829.872,43
Realização e apoio às atividades e iniciativas de promoção dos direitos da criança e do adolescente	440.635,00	433.335,30	214.766,83
Apoio à gestão da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente	405.000,00	671.206,00	393.475,40

O valor orçado referente às ações de acompanhamento e assessoramento dos conselhos tutelares correspondia a 68,5% do total previsto para essa ação. No entanto, percebe-se que um valor muito inferior foi de fato executado no ano de 2023, R\$ 1.829.872,00, o que corresponde a apenas 26,5% do total previsto. Como veremos a seguir, a baixa execução está ligada ao fato de que os recursos destinados às despesas fixas com pessoal não foram executados na Ação 2860, subação 7. É provável que tenha havido uma suplementação de outra ação ligada a despesas com pessoal da Smasac, e que os recursos destinados ao pagamento de salários dos conselheiros e demais servidores dos conselhos tutelares foram inseridos ali. Nesse sentido, não é possível saber quanto, de fato, foi gasto com pessoal nos conselhos tutelares em 2023.

Os gastos específicos com os conselhos tutelares, previstos na subação 7, o relatório do terceiro quadrimestre de 2023 possuem o seguinte detalhamento:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Natureza de despesa	Valor orçado (R\$)	Crédito Disponível (R\$)	Empenhado (R\$)
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	4.152.134,00	415.213,00	-
Obrigações patronais	919.529,00	91.953,00	-
Obrigações patronais	53.460,00	53.460,00	-
Material de consumo	40.500,00	103.210,00	100.850,66
Serviços de consultoria	15.000,00	-	-
Outros serviços de terceiros - pessoa física	126.005,00	126.011,00	126.005,00
Locação de mão-de-obra	-	1.582.581,00	245.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.082.354,00	1.222.359,70	1.216.346,97
Serviços tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	50.461,00	77.629,00	76.869,73
Auxílio-alimentação	341.986,00	296.234,00	-
Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	97.200,00	105.300,00	64.800,00
Despesas de exercícios anteriores	10.000,00	10,00	0,07

Percebe-se um aumento considerável no valor previsto para despesas ligadas a material de consumo.

Para 2024, o valor previsto para a Ação 2860, subação 7 é de R\$ 1.796.579,00.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2024

Marina Abreu Torres

Consultora legislativa

CM 663



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Conselho Tutelar - Oeste

Data: 29/04/2024

Endereço: Av. Barão Homem de Melo, 382 - Nova Granada.

Requerente: Comissão Especial de Estudo - Melhoria dos Conselhos Tutelares
- Requerimento de Comissão nº 455/24.

Objetivo: Verificar as condições de trabalho, o espaço físico, realizar uma inspeção das instalações e promover discussões sobre casos e desafios do Conselho Tutelar Oeste.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa.

Vereadoras e vereadores presentes: Loíde Gonçalves, Marcos Crispim, Fernando Luiz e Preto.

Demais presentes: Lorena Silva (presidenta do Conselho Tutelar Leste), Flávia Cristina de Lima (conselheira tutelar), Marco Aurélio (conselheiro tutelar), Vanessa Beco (conselheira tutelar suplente em exercício), Camila Ribeiro (conselheira tutelar), Roberto da Silva Araújo (gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares), Maria Thereza Fonseca (vice-presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA), Kênya Araújo (membra da Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Conselhos Tutelares do CMDCA) e assessorias parlamentares.

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita ao Conselho Tutelar Oeste (CT-Oeste) foi iniciada às 9h50min, com a apresentação das pessoas presentes na sala de reuniões. A presidenta do conselho conduziu a visita e todos os conselheiros presentes



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

acompanharam os parlamentares aos diferentes espaços do imóvel, mostrando os equipamentos e as instalações e fornecendo as informações solicitadas. Em um segundo momento, os presentes se reuniram novamente na sala de reuniões, onde os conselheiros trouxeram informações sobre as condições do trabalho e sobre o funcionamento do Conselho Tutelar. Seguindo esses dois momentos, este relatório está dividido em duas seções, “estrutura e equipamentos” e “condições de trabalho”, além das considerações finais sobre a visita.

Estrutura e equipamentos

O equipamento está localizado em um imóvel próprio da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), construído em 1993 para ser a sede do conselho tutelar. Os conselheiros destacaram que, na época, a população da regional era muito menor, assim como o volume de trabalho dos conselheiros e o movimento nas ruas. Hoje, o espaço da sede é insuficiente para o número de demandas recebidas. A casa possui poucas paredes internas; a maior parte dos espaços está separada por divisórias, o que impede um isolamento acústico adequado e a privacidade dos atendimentos. Destacou-se que o estado das divisórias é precário; algumas estão severamente danificadas e com risco de cair. Algumas delas foram emendadas pelos próprios conselheiros com fita adesiva.

Os conselheiros relataram que a situação térmica e de ventilação do prédio é bastante precária. As janelas da parte da frente do imóvel ficam quase sempre fechadas, devido ao barulho da av. Barão Homem de Melo, que possui um fluxo intenso de veículos. O barulho das ruas foi se intensificando ao longo dos anos e, hoje em dia, os conselheiros afirmam que é inviável que fiquem abertas. As janelas da parte de trás do imóvel, da mesma forma, ficam quase sempre fechadas, já que a rua de trás é utilizada por pessoas em situação de rua como banheiro, o que causa um odor extremamente forte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Com as janelas fechadas, a ventilação do espaço é severamente comprometida e o ambiente fica extremamente quente. Além disso, o imóvel possui telhado de amianto muito próximo ao forro, o que também atrapalha a ventilação e a ambientação térmica. Os conselheiros relataram que já houve situações de pessoas indo embora do conselho, após passarem mal devido ao calor. Diante da situação, destacou-se que seria imprescindível a instalação de aparelhos de ar condicionado, garantindo a adequação térmica dos ambientes.

Os conselheiros destacaram ainda que ocorrem inundações no local no período de chuvas. Há previsão de instalação de toldos no edifício, mas eles avaliam que a cobertura não será suficiente para conter toda a água. Além disso, há uma infestação de lacraias no prédio, pois sua estrutura é antiga e concentra umidade.

Roberto Araújo informou que está prevista uma reforma no prédio do conselho, com mudança do leiaute atual e melhoria da estrutura interna. A última reforma do local ocorreu em 2006. As obras já poderiam ter sido iniciadas, mas foi adiada após a constatação de que o piso atual, de paviflex, estava muito deteriorado e que seria necessário obter uma autorização para incluir a instalação de piso de cerâmica. Não se sabe, no momento, se as atividades do conselho serão temporariamente transferidas para o prédio da sede da regional durante as obras, ou se permanecerão no prédio atual. No primeiro caso, a previsão é de que durem 2 meses; no segundo, a previsão é de 6 meses. Os conselheiros avaliam que a reforma trará melhorias, mas que será insuficiente para resolver todos os problemas do espaço, já que a área total do prédio permanecerá a mesma e que não há previsão de instalação de ar condicionado. O novo desenho prevê a mudança da entrada do conselho, que passará a ser acessível.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

O vereador Preto sugeriu que o conselho tutelar fosse transferido para o prédio onde se localizava o Centro de Saúde Ventosa, que hoje se encontra vazio.

Uma das conselheiras afirmou que o projeto da reforma foi discutido durante vários anos, envolvendo inúmeras reuniões com os colegiados do conselho para se chegar ao melhor desenho possível para o espaço.

Durante a visita, os presentes percorreram os ambientes do prédio, que inclui: sala de reuniões, sala para atividades administrativas, uma sala para cada um dos 5 conselheiros tutelares, recepção, banheiros, cozinha, sala para uso do Guarda Civil Municipal, sala para uso do motorista, sala para arquivos físicos. Os conselheiros mostraram que vários móveis estão danificados, como mesas e cadeiras de trabalho.

Condições de trabalho

Além dos problemas ligados à estrutura física do imóvel, os conselheiros informaram que recebem um fluxo grande de demandas de atendimento, mas que os encaminhamentos feitos às políticas públicas demoram meses para serem iniciados.

Destacaram que a rede de saúde, por exemplo, não possui psicólogos suficientes e que as famílias aguardam por muito tempo para conseguir atendimento. Na educação, de modo semelhante, não há vagas suficientes para as crianças e os adolescentes da regional e muitos territórios não possuem escola. Os conselheiros avaliam que há falta de profissionais nas áreas da saúde, educação e assistência social. Os conselheiros ressaltaram que o não atendimento aos encaminhamentos configura violação de direitos às crianças e aos adolescentes.

Os conselheiros relataram que a não implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia), sistema instituído em âmbito



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

nacional, também dificulta o trabalho e a disponibilização dos dados de atendimento a outros órgãos.

Questionou-se a falta de acesso a dados municipais quanto ao déficit de vagas nas escolas e de profissionais da saúde. De modo semelhante, os conselheiros apontaram para a falta de transparência do orçamento municipal, não sendo possível saber ao certo os recursos gastos pela prefeitura com cada conselho tutelar. Essa consulta era possível até 2016. Argumentam que a sua remuneração dos conselheiros está defasada, não tendo recebido reajustes reais nos últimos anos.

Os conselheiros afirmaram que um conselho tutelar é insuficiente para a regional, que possui mais de 300 mil habitantes e é a mais populosa de Belo Horizonte. Diante de tantas demandas, os conselheiros afirmaram que é inviável atuar na linha preventiva, que também está entre as suas competências.

Os conselheiros destacaram que o seu papel é zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e que o órgão é autônomo. O conselho tutelar não é responsável por atender as crianças e os adolescentes, mas por requisitar os direitos previstos em lei, exigindo que os atendimentos sejam prestados. No entanto, frequentemente se deparam com famílias aguardando por meses por atendimentos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA

O Conselho Tutelar Oeste possui vários problemas em sua estrutura física, que serão parcialmente resolvidos com uma reforma prevista para ocorrer ainda esse ano. Não há, no entanto, previsão de instalação de ar condicionado nos ambientes do prédio, o que parece imprescindível para que haja boas condições de trabalho e de atendimento no local.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Como em outros conselhos, foi enfatizado que a falta de políticas públicas para a criança e o adolescente reforça as situações de violação de direitos e prejudicam a efetividade dos encaminhamentos realizados pelo conselho tutelar. Há sobrecarga de trabalho para os conselheiros e dificuldade de acesso da criança e do adolescente atendidos aos serviços de saúde, educação e assistência social.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2024

Marina Abreu Torres

Consultora legislativa

CM 663



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

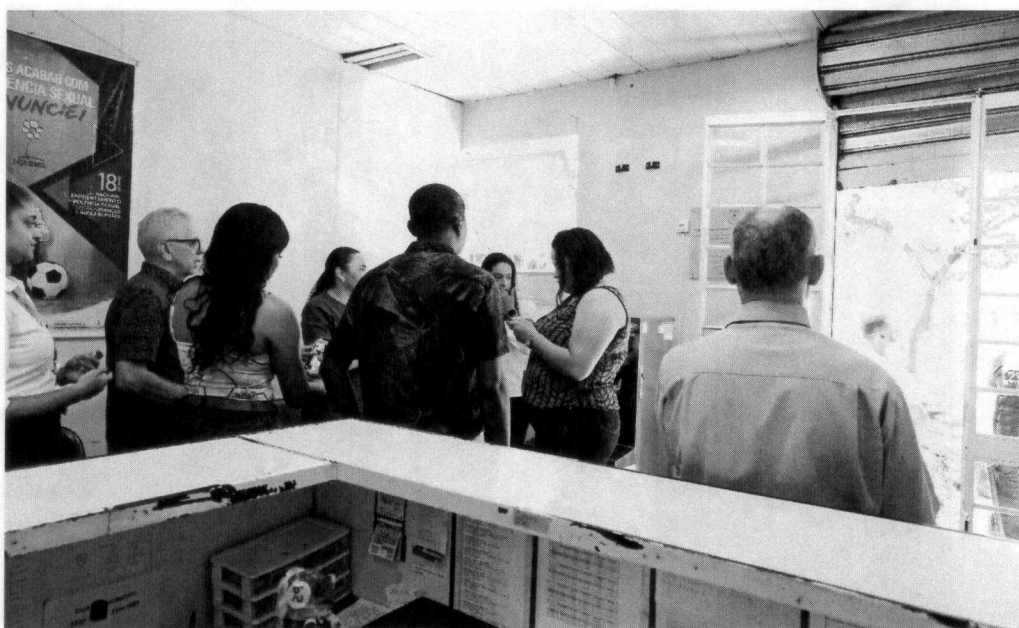
DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

ANEXO



Fachada do Conselho Tutelar Oeste. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



Recepção do Conselho Tutelar Oeste. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Sala de reuniões. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



Cozinha. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Sala do arquivo. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



Sala de atendimento de um dos conselheiros tutelares. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Sala de atendimento de um dos conselheiros tutelares. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



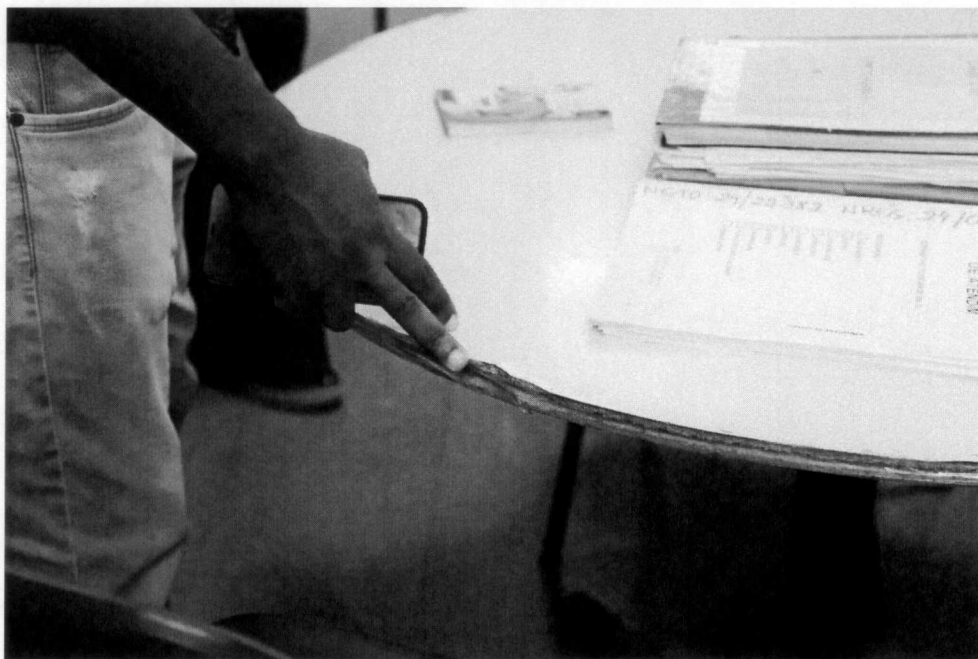
Mobília antiga de uma das salas de atendimento. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Mobília antiga de uma das salas de atendimento. Foto: Tatiana Francisca/CMBH.



Divisória emendada de uma das salas de atendimento. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Conselho Tutelar - Pampulha

Data: 14/05/2024

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 7596 - São Luís

Requerente: Comissão Especial de Estudo - Melhoria dos Conselhos Tutelares
- Requerimento de Comissão nº 461/24.

Objetivo: verificar as condições de trabalho, o espaço físico, realizar uma inspeção das instalações e promover discussões sobre casos e desafios locais.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa.

Vereadores presentes: Loíde Gonçalves e Marcos Crispim.

Representantes do local: Maria Elisa Abreu (conselheira tutelar), Bruno Pinheiro (conselheiro tutelar), Mônica Santos (conselheira tutelar), Bárbara Cristina Rodrigues (conselheira tutelar), Rosângela Santos (conselheira tutelar), Roberto da Silva Araújo (gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares), Eleusa Veiga (tesoureira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e assessorias parlamentares.

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita técnica ao Conselho Tutelar Pampulha foi iniciada às 10h. Os vereadores e demais presentes foram convidados à sala de reuniões, onde ocorreu o diálogo a respeito das condições de trabalho e de funcionamento do Conselho. Ao final, os visitantes foram convidados a percorrer as demais salas e instalações do Conselho, para conhecer as condições físicas do equipamento público.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Seguindo esses dois momentos, este relatório está dividido em duas seções, “condições de trabalho” e “estrutura e equipamentos”, além das considerações finais sobre a visita.

Condições de trabalho

O diálogo com os conselheiros se iniciou com a fala de Roberto Araújo, gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares, que afirmou que esse conselho tem muito menos problemas e reclamações do que os outros conselhos, inclusive outros que funcionam dentro de gerências regionais. Os conselheiros então confirmaram que o conselho funciona bem, havendo muita integração e sintonia entre os conselheiros, que discutem juntos as dificuldades e alinham as mudanças necessárias.

Segundo eles, a proximidade com os equipamentos da saúde e da educação, que funcionam no mesmo prédio, é um fator muito vantajoso, que permite terem respostas mais ágeis dos encaminhamentos feitos a esses equipamentos. Quando surge alguma questão envolvendo os mesmos, os conselheiros vão pessoalmente conversar com os responsáveis, de modo a resolver as dificuldades encontradas. A relação com a assistência social também foi relatada como muito boa. Afirmaram também que, em geral, os casos do Conselho recebem prioridade, e que os conselheiros recebem retorno satisfatório dos casos encaminhados à rede.

Ainda assim, foram apontados problemas comumente citados na relação com a rede nas visitas técnicas aos demais conselhos, como a falta de vagas nas escolas e creches, e dificuldades de inclusão de famílias nos programas da assistência social. Na área da saúde, informaram conseguir muitos atendimentos, mas também que sempre há especialidades para as quais não se



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

consegue encaminhamento. Ponderaram também que muitas vezes a rede e a sociedade não entendem bem o papel do Conselho, acreditando que seria esse órgão o responsável por resolver os problemas que recebe, enquanto na verdade ele apenas solicita os serviços, os quais às vezes podem ter problemas ou demorar.

Os conselheiros disseram que buscam ter uma atuação humanizada, e que seu objetivo não é o de retirar filhos dos pais, e sim de evitar situações de violações de direitos. O Conselho está com projeto de aproximação com as escolas da regional, para apresentar o seu papel.

Sobre a situação da violação de direitos das crianças e adolescentes na região, informaram que o número de casos vem aumentando muito nos últimos anos. Além disso, desde o começo desse ano há uma área da regional em que está ocorrendo conflitos abertos entre facções do crime organizado, envolvendo os bairros Confisco, Santa Terezinha e Serrano. Em alguns locais foi estabelecido toque de recolher para a população, o que tem feito muitas crianças e adolescentes residentes nesses locais faltarem à escola. Além disso, os conselheiros tutelares e profissionais de outras políticas públicas foram orientados a não acessar essas áreas, o que tem grande impacto sobre sua capacidade de atuar em casos nessas localidades.

Ademais, foram relatados vários casos envolvendo a falta de segurança na atividade dos conselheiros. Muitas vezes, quando fazem visitas às casas das famílias, não se sentem seguros para usarem qualquer identificação. Também disseram que às vezes os conselheiros se revezam em locais mais perigosos, para evitar serem identificados. Os conselheiros narraram várias ocasiões em que estiveram em risco, tendo sido ameaçados ou na iminência de serem agredidos ou até mortos. Isso gera impactos pessoais muito graves para eles,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

que não sentem que recebem o devido apoio da PBH, com adoção de medidas suficientes de proteção pessoal.

Os conselheiros também enfatizaram a necessidade de receberem eles mesmos atendimento psicológico gratuito, considerando o quanto trabalham submetidos a pressão, ameaças e em contato com casos de violações graves de direitos humanos, o que pode causar adoecimento físico e mental. Segundo eles, a oferta de atendimento psicológico pela PBH deveria ser um direito dos conselheiros.

Outro problema considerado central pelos conselheiros é o volume de casos, que é enorme e vem crescendo notavelmente nos últimos anos. Isso acaba por impactar na qualidade do atendimento prestado pelo Conselho, uma vez que não há tempo hábil para se atuar em atividades preventivas, e mesmo para atender de forma plenamente adequada os casos que chegam. Segundo eles, considerando as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a regional Pampulha deveria ter 2 (dois) Conselhos Tutelares.

A necessidade de maior capacitação para os conselheiros foi outro problema apontado. Eles sentem falta de serem permanentemente capacitados sobre inovações na legislação e sobre outros aspectos importantes para sua atuação, como comunicação não violenta. Foi registrada ainda a falta de assessoria jurídica aos conselheiros, a qual foi prometida pela SMASAC, mas sobre a qual ainda não se sabe como será.

Em relação ao cargo, seus direitos e remuneração, os conselheiros também sentem que não há valorização adequada pela PBH da função desempenhada por eles. Defendem que o salário deveria ser mais alto, dadas as responsabilidades envolvidas e da importância do papel que realizam. Também acreditam que seria devido receberem adicional de periculosidade e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

por dedicação exclusiva. Por fim, destacaram que faz muita falta a garantia de direitos quando do fim do mandato, como o recebimento de FGTS e seguro desemprego.

Em relação à equipe de apoio, foram muito elogiosos do servidor que atua como assistente administrativo do Conselho, o qual, apesar de estar sozinho, realiza muito bem seu trabalho, de forma a atender as necessidades dos conselheiros. O CT Pampulha também conta com dois estagiários e uma recepcionista, bem como funcionária da limpeza vinculada à MGS.

Estrutura e equipamentos

Na parte final da visita, os vereadores e demais presentes foram levados para conhecer as salas e instalações do Conselho. Como essa visita não contou com a presença de fotógrafos da CMBH, não foram feitas fotos para integrar esse relatório.

O Conselho Tutelar Pampulha está instalado em imóvel alugado, juntamente com outros equipamentos públicos, na atual sede da Coordenadoria de Atendimento Regional Pampulha. Em geral, os conselheiros consideram que o espaço do Conselho é razoável, com uma sala para cada conselheiro, sala de arquivos, recepção, sala de reuniões, copa e espaço lúdico para crianças. No entanto, essa estrutura é bastante compacta. O arquivo, apesar de ser motivo de orgulho dos conselheiros e funcionários, por sua organização impecável, em pouco tempo já será insuficiente para armazenar novos registros. Além disso, o espaço para crianças é improvisado e muito pequeno.

O espaço não conta com ar condicionado, e sim apenas ventiladores, que são insuficientes para manter um clima agradável no local nos dias calor. Além disso, as salas dos conselheiros possuem janelas que dão para um galpão ao



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

lado, do qual advém odores desagradáveis. Não há isolamento acústico entre as salas, o que prejudica o sigilo e a privacidade dos atendidos, o que é essencial para o exercício da função do Conselho.

Ademais, o mobiliário é ruim, antigo e insuficiente, como as mesas e cadeiras. Os conselheiros informaram que tiveram que comprar por conta própria apoios para os pés. Os telefones fixos, que ficaram por anos sem funcionar, agora funcionam, mas chiando e falhando, uma vez que a fiação é antiga. Como resultado, os conselheiros precisam muitas vezes fazer uso de seus telefones celulares pessoais no trabalho. Sobre isso, foi sugerido que os conselheiros deveriam receber celulares da PBH para desempenho da função.

Roberto Araújo afirmou que não há reforma prevista para esse Conselho Tutelar, mas que algumas melhorias em termos de equipamentos deverão ser atendidas.

O Conselho recebeu recentemente computadores novos para os conselheiros, mas ainda precisa receber mais 2 (dois) para o serviço administrativo. Os computadores não possuem câmaras e microfones, de modo que os conselheiros precisam usar seus celulares para participar de reuniões remotas. Foi informado que a impressora existente no local funciona.

Os conselheiros destacaram também a necessidade de implementação do Sípia, software criado pelo governo federal para integrar os Conselhos Tutelares a outros serviços da rede de atendimento das crianças e dos adolescentes. Eles consideram grave o fato de o município não contar ainda com esse programa, uma vez que municípios muito menores e com menos recursos já aderiram há muito tempo.

Por fim, foi sugerido que a PBH providenciasse coletes para identificação dos conselheiros.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Considerações sobre a Visita

O Conselho Tutelar Pampulha está bem localizado e possui estrutura física minimamente adequada para o desenvolvimento dos trabalhos, apesar de apresentar problemas de infraestrutura importantes, como a falta de isolamento acústico, ventilação adequada e espaço lúdico melhor para as crianças que aguardam o atendimento.

Na visita foi possível compreender os problemas e desafios enfrentados diariamente pelos conselheiros tutelares, envolvendo deficiências históricas na prestação de serviços da rede, nas áreas de educação, saúde e assistência social, precariedade nas condições de trabalho e, sobretudo, volume excessivo de demanda, em razão da falta de novos Conselhos Tutelares no município, o que significa que cada um dos existentes é responsável por uma população muito maior do que o determinado pelo CONANDA.

Destaca-se, como foi observado em outros conselhos, uma sobrecarga de trabalho sobre os conselheiros e muita pressão sobre a sua atuação, o que tem feito com que reivindiquem uma maior valorização para o cargo. Ainda assim, chamou a atenção a união e integração entre os conselheiros, que dizem ter uma relação muito boa entre si, favorecendo a lida com os desafios com que se deparam diariamente.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2024

Otávio Debien Andrade

Consultor Legislativo em Ciências Sociais e Políticas – CM 418

Divisão de Consultoria Legislativa

Diretoria do Processo Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

VISITA TÉCNICA AO CONSELHO TUTELAR NORTE

Data: 25/04/2024

Endereço: Rua Pastor Muryllo Cassete, 85, bairro São Bernardo

Requerente: Comissão de Melhoria dos Conselhos Tutelares – Requerimento de Comissão nº 451/2024.

Objetivo: Verificar as condições de trabalho, o espaço físico, realizar uma inspeção das instalações e promover discussões sobre casos e desafios do Conselho Tutelar Norte.

Suporte técnico solicitado: Divisão de Consultoria Legislativa

Vereadora e vereador presentes: Loíde Gonçalves e Fernando Luiz

Representantes do Conselho Tutelar Norte: A conselheira e presidenta do Conselho, Laurinda Jesus; e as conselheiras Mirna, Juliana, Cristiane e o conselheiro Gustavo.

Representante do Poder Público: Roberto da Silva Araújo, gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares.

Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: Gleice Rocha

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita técnica ao Conselho Tutelar - CT Norte ocorreu no dia 25/04/24, iniciando-se às 14h30h, com término às 16h10 e faz parte dos encaminhamentos propostos pela Comissão de Melhoria dos Conselhos Tutelares. O CT Norte fica nas dependências da Regional Norte da Prefeitura,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

instalação que conta com parte de diversos órgãos da administração municipal e também uma base da guarda municipal. Um guarda é alocado no Conselho, ficando em uma sala lá dentro. A estrutura do CT é bem pequena, já que é apenas uma parte da regional que foi adaptada. O tamanho total do conselho antes era de apenas 70m², e atualmente conta com 150m², o que ainda, nas palavras das conselheiras e do Roberto Araújo, são insuficientes para a grande demanda que o conselho atende. Há uma sala utilizada pela PBH que está em negociação para ser cedida ao Conselho, mas este pedido ainda está em andamento. A presidenta Laurinda informou que o mobiliário foi cedido pelo CT Centro Sul, mas há cadeiras quebradas, que já chegaram com bastante uso. Já foi feita uma planilha com solicitação de mobiliário, a qual o Roberto informou que já despachou com o secretário.

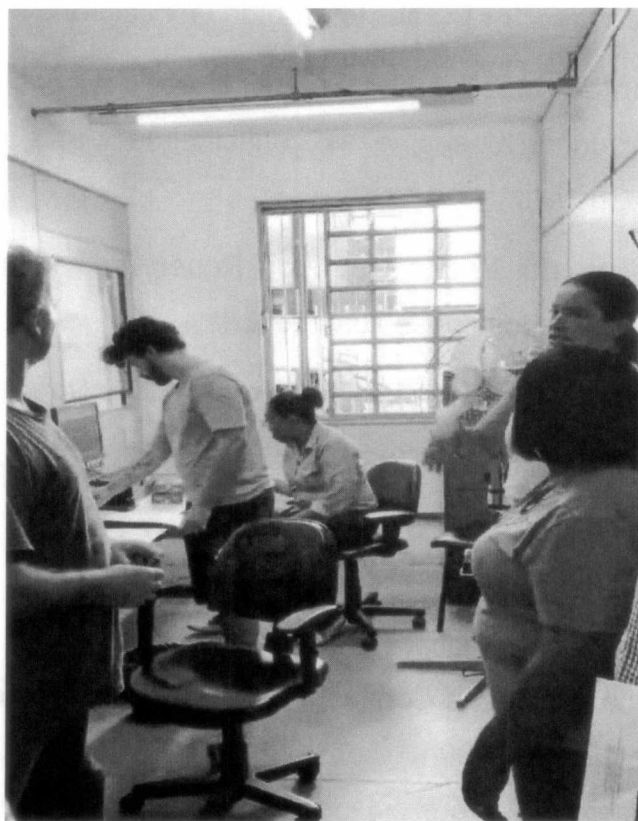


Foto da recepção do CT Norte.

Crédito: produzida pelo gabinete da vereadora Loíde Gonçalves



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

A presidenta, na sua sala, mostrou as persianas estragadas não sendo possível fechá-las quando há necessidade. Há uma sala para cada conselheira e conselheiro, sendo que todas são compostas por mesa e computador, duas cadeiras para atendimento e um ventilador. As conselheiras afirmaram que um grande problema é que as salas foram montadas com divisórias, e como o material delas não é preparado para abafar o som, é extremamente difícil ter a privacidade necessária para o atendimento, e grande parte deles é sigilosa. Foi relatada inclusive a ocorrência de uma situação tensa, quando uma pessoa ouviu uma medida sigilosa que seria tomada e questionou de forma agressiva à conselheira.



Foto da sala de uma conselheira.

Crédito: produzida pelo gabinete da vereadora Loíde Gonçalves



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Um corredor bem apertado é utilizado para 'arquivo vivo' e uma sala bem pequena é utilizada para 'arquivo morto'. Por opção da equipe do Conselho, o arquivo morto permanece lá, pois foi alegado que há documentos de pessoas que foram atendidas quando criança e hoje são adolescentes e vão ao conselho, o que demanda, por vezes a consulta aos documentos antigos.



Foto do arquivo "vivo"
Crédito: produzida pelo gabinete da vereadora Loíde Gonçalves

Foi relatado que até a pouco tempo atrás eles só possuíam um banheiro no Conselho, para uso dos funcionários e dos usuários, e atualmente conseguiram equipar mais um banheiro, que ficou para uso interno. As conselheiras reclamaram da qualidade do papel higiênico e das toalhas de papel para mãos. Inclusive elas apresentaram o papel e toalha usados na Smasac, o qual há grande diferença na qualidade. O Roberto explicou que o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

prédio da Smasac é alugado e que, conforme o contrato, o locatário é que fornece o material e, portanto, não se trata de compra da PBH.

A presidenta Laurinda também falou da falta de infraestrutura de comunicação do CT. Não há equipamentos para realização de reunião virtual ou estudos de caso online, como acontece em outros conselhos. Quanto ao telefone, só há um ramal em funcionamento que fica na sala da conselheira Mirna. Assim, muitas vezes o atendimento na sala dela é interrompido para uso do telefone. Como não há telefone fixo na recepção para realizar ou receber ligações, as pessoas acabam indo presencialmente no conselho, o que acarreta maior número de pessoas para serem atendidas e muitas vezes demandam informações básicas, que poderiam ser dadas por telefone. Um telefone celular foi cedido pela PBH, mas é um aparelho analógico, logo a comunicação resta bastante prejudicada. As conselheiras relataram que utilizam seus telefones próprios, mas que isso não é adequado, dada a natureza do trabalho delas e pelo perigo que correm. O Roberto informou que solicitou à PBH um telefone celular para cada conselheiro, mas foi negado. Ainda em relação à comunicação, as conselheiras relataram que é utilizado o telegrama e carta registrada para comunicação com os usuários. Contudo, há um limite mensal de uso destes recursos, número que elas alegam ser pouco, já que por vezes elas precisaram ultrapassar este limite. O Roberto, porém, informou que este limite dos telegramas foi estabelecido porque estava acontecendo abusos de gastos. Mas, em diversas situações elas informaram que foram até a casa da pessoa para notificá-la devido ao prazo exíguo ou a situação urgente. Porém esta ação é, na maioria das vezes, arriscada para elas, principalmente quando envolve uma violação de direitos mais séria, ou que as pessoas referentes à situação são usuárias de drogas, ou se o local é dominado pelo tráfico de drogas.



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

O CT Norte não dispõe de espaço para receber crianças e em grande parte dos atendimentos as usuárias as levam. Assim, foi adaptado um espaço bem pequeno com brinquedos e mesinhas com cadeiras, doados. Da mesma forma, o conselho não dispõe de verba para oferecer lanche ou fralda, e há situações nas quais o atendimento dura o dia inteiro. Assim, as próprias conselheiras relataram comprar lanche e fralda para deixar lá caso necessitem fornecer esses itens para as crianças.



Foto do espaço para acolher crianças.
Crédito: produzida pelo gabinete da vereadora Loíde Gonçalves

O CT não dispõe de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, documento que atesta a segurança da edificação contra incêndios e não há saída de emergência. Ressalte-se que há grande volume de papel e que as



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

paredes são de divisórias, itens que comprometem ainda mais a segurança contra incêndio.

No que tange à capacitação das conselheiras e conselheiros eleitos, eles disseram que a última capacitação foi no início de 2020, de forma online, devido a pandemia. Também informaram que face ao fato do cancelamento do processo eleitoral de outubro de 2023, transferido para dezembro do mesmo ano, não houve tempo hábil para capacitar os conselheiros até a posse deles em janeiro de 2024. Assim sendo, os conselheiros reeleitos capacitaram os novos. Mas elas alegaram que a necessidade de capacitação e de auxílio jurídico são diárias, já que há casos novos ou medidas determinadas pelos juízes que nem mesmo as conselheiras mais experientes conseguem compreender e aplicar tais medidas. Roberto informou que, conforme exigência do Ministério Público, uma equipe jurídica está sendo treinada para atender os conselheiros, e que serão 4 consultores jurídicos para atender as 9 regionais e seus 54 conselheiros tutelares.

As conselheiras relataram grande dificuldade para preencher as planilhas solicitadas pela PBH, já que há grande acúmulo de trabalho para elas. Mas o Roberto explicou que é justamente o preenchimento desta planilha que oferece dados para a Smasac fazer o diagnóstico do funcionamento de cada conselho, os atendimentos feitos, o volume de demandas, para então pensar soluções, e que sem o preenchimento da planilha os atendimentos ficam subnotificados e então torna-se mais difícil justificar aumento da equipe ou propor outra solução. Ele afirmou ainda que tal planilha é para subsidiar os pedidos de informação solicitados pela Câmara, Ouvidoria, Corregedoria ou Ministério Público. As conselheiras disseram que o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Sapia do governo federal está em desenvolvimento há bastante tempo, mas que ainda não foi implementado em BH. Contudo, elas afirmaram que conversam com conselheiras de cidades da RMBH, que já tem



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

o sistema implementado. O Roberto informou que este problema é geral, e que há municípios menores que já funcionam com o sistema. Ele admite que toda a política de Assistência Social seria totalmente melhorada caso todos os municípios já estivessem com o sistema, mas que isso ainda não é realidade.

Com relação à equipe interna, a presidenta Laurinda informou que há 1 recepcionista, 2 estagiários, sendo 1 de manhã e outro à tarde, e reclamou de só ter 1 auxiliar administrativo uma vez que o programado é ter 2 pessoas deste cargo. Contudo, o Roberto informou que apesar de estarem programadas as 2 vagas, todos os conselhos têm operado com apenas 1 auxiliar administrativo, e que esta é uma demanda geral e que já foi levada ao secretário da Smasac.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar na visita que a estrutura física do CT Norte deixa muito a desejar no que tange a espaço, privacidade para os atendimentos, segurança contra incêndio, espaço para crianças, local e equipamento para reuniões, dentre outros problemas. Foi dito que a estrutura física deste conselho é a pior, a despeito de atender a 48 bairros, com população total estimada em 247 mil habitantes, com cerca de 39 mil pessoas cadastradas no CadÚnico.

As conselheiras relataram também que a demanda tem aumentado muito e que a rede de outras políticas não tem sido suficiente, como por exemplo, as escolas têm encaminhado muitos alunos para os conselhos tutelares sob a alegação de mau comportamento. Elas disseram que esta postura, além de lotar os CTs, colabora com que a comunidade tenha receio do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

contato com o conselheiro, vendo-os como inimigos, quando esta figura deveria ser mais próxima da comunidade justamente pela função de proteção da infância e adolescência que desempenha. A presidenta Laurinda ressaltou que com a alocação de psicólogas e assistentes sociais nas escolas por meio do programa educacional, o encaminhamento de alunos até diminuiu um pouco, mas ainda está bem volumoso, mas o conselho não tem aplicação de medidas isoladas e que é feito um trabalho de identificar se há alguma violação de direito ou violência que justifique o comportamento. Mas ela ressaltou que o conselho não consegue fazer isso sozinho sem a transversalidade com outras políticas.

As conselheiras foram unânimes em dizer que está faltando um trabalho em rede, para que as políticas aconteçam de forma transversal e em sintonia, pois da forma como está, de acordo com palavras delas, um segmento governamental joga para o outro, independente de saber se haverá continuidade no atendimento de modo a cessar a violação do direito. Elas disseram que na saúde é que está o grande gargalo, pois muitas vezes chegam crianças para atendimento no conselho, mas que precisam de psicólogos ou psiquiatras. O conselho faz o encaminhamento para o posto, e este alega que não tem este profissional, ou oferta um atendimento por mês, o que segundo elas, é totalmente aquém do necessário diante de uma violação de direito, de uma violência doméstica, por exemplo.

Por fim, a partir de tudo o que dito pelas conselheiras, o conselheiro e o gerente da PBH, pode-se inferir que no CT Norte há grande problema na estrutura física, na questão de recursos humanos e na transversalidade com outras políticas.

No caso da estrutura física, o próprio Roberto admitiu que o melhor seria alugar um local mais amplo e apropriado, com mais segurança estrutural.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

No que tange à estrutura de pessoal, a questão é mais antiga, pois a PBH conhece o problema e dificuldades para o andamento do serviço burocrático, que é feito pela conselheira ou conselheiro, e que poderia ser melhor dimensionado, para outras pessoas, inclusive servidores concursados, mas isto ainda não acontece, apesar de antigas conclusões nesse sentido. A implementação do sistema Sipia também seria de extrema importância, tanto para otimizar o trabalho dos conselheiros e conselheiras nas rotinas diárias, quanto para permitir o compartilhamento da informação por outros conselhos. Contudo, o Roberto informou que ainda não há previsão desta implementação.

Finalmente, no que se refere à transversalidade da política, que é uma questão maior e mais abrangente, pode-se inferir que há necessidade de diretrizes mais focadas em atendimento em rede, como continuidade da política, bem como uma urgente capacitação dos servidores das diversas áreas como educação, saúde, assistência social, segurança pública, para que não haja o encaminhamento errado e desnecessário do cidadão e para que a política pública se materialize de forma concreta e completa para seus beneficiários.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2024.



Documento assinado digitalmente

IVANIA MORAES SOARES

Data: 08/05/2024 15:57:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ivania Moraes Soares
Consultora Legislativa em Ciências Sociais e Políticas - CM 613



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

VISITA TÉCNICA AO CONSELHO TUTELAR VENDA NOVA

Data: 25/04/2024

Endereço: Rua Boa Vista, 189, bairro Venda Nova

Requerente: Comissão de Melhoria dos Conselhos Tutelares –
Requerimento de Comissão nº 452/2024.

Objetivo: Verificar as condições de trabalho, o espaço físico, realizar uma inspeção das instalações e promover discussões sobre casos e desafios do Conselho Tutelar Norte.

Suporte técnico solicitado: Divisão de Consultoria Legislativa

Vereadora e vereador presentes: Loíde Gonçalves e Fernando Luiz

Representantes do Conselho Tutelar Venda Nova: A conselheira e presidenta do Conselho, Valéria Evans; e as conselheiras Rosângela, Lúcia, Soninha e Ângela.

Representante do Poder Público: Roberto da Silva Araújo, gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares.

Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: Rodrigo

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita técnica ao Conselho Tutelar - CT Venda Nova ocorreu no dia 25/04/24, iniciando-se às 16h40h, com término às 18h10 e faz parte dos encaminhamentos propostos pela Comissão de Melhoria dos Conselhos Tutelares.

O CT Venda Nova foi estruturado em uma casa alugada pela PBH, próxima à regional Venda Nova. Dispõe de vários cômodos, disponibilizando



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

uma sala para cada conselheira, sendo que uma das salas tem um grande espaço e é utilizada como sala de reunião. As conselheiras afirmam que elas conseguem realizar os atendimentos com privacidade.



Foto da sala ampla que também é usada para reuniões
Crédito: gabinete da vereadora Loíde Gonçalves

Há três banheiros, sala ampla utilizada como recepção, cozinha e uma grande área externa, que, apesar de não estar equipada com brinquedos ou atrativos para crianças, é normalmente utilizada com esta finalidade. Nesta parte externa foi colocada uma cerca de segurança do tipo concertina em espiral, já que o CT sofreu dois arrombamentos. Há grades em todas as janelas e portas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Foto da área externa do CT Venda Nova
Crédito: gabinete da vereadora Loíde Gonçalves

Há dois ramais de telefone para atendimento de ligações externas e uma das conselheiras disponibilizou um aparelho de celular próprio para uso do conselho, uma vez que elas alegam grande necessidade de um aparelho que se conecte a internet para facilitar a comunicação via aplicativos.

Todas as salas das conselheiras são amplas, equipadas com computador, duas cadeiras, ventilador e armário, nos quais são arquivados os documentos do CT. Há ainda armários de arquivos no corredor central. A presidenta do CT Venda Nova, Valéria Evans, afirmou que a estrutura é muito



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

boa, aconchegante, que atende às necessidades do conselho, principalmente se comparada à estrutura de outros CTs que ela já teve oportunidade de visitar.



Foto da sala de uma conselheira
Crédito: gabinete da vereadora Loíde Gonçalves

A equipe é composta por um auxiliar administrativo, uma recepcionista e dois estagiários e um guarda municipal. Aqui também surgiu a demanda por mais um funcionário para o administrativo, mas o Roberto explicou que a PBH ainda não definiu sobre a contratação e que os CTs estão todos apenas com um auxiliar administrativo.

A presidenta Valéria apontou para um problema que ela caracterizou como muito grave, que é a ausência do funcionamento em rede da política pública. Segundo ela, há grande necessidade de entender a rede de atendimento por todos os servidores e funcionários envolvidos porque se um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

órgão da rede não completa o ciclo, compromete grande parte da política. Ela ressaltou, por exemplo, que não há como fazer encaminhamento para a saúde, que não aceita o encaminhamento por falta de profissionais. E ela pontua, que há muitos casos nos quais as conselheiras não conseguem sequer qualificar o caso, se é para a saúde mesmo já que há situações desconhecidas para elas. Um exemplo que ela deu como bastante recorrente foi a falta de diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista) para alunos que são encaminhados para o CT, já que não há médicos da especialidade de neurologia na rede. E a escola não aceita o laudo de médicos particulares, o que faz com que a criança ou adolescente, por exemplo, fique sem vaga, ou sem direito às condições inclusivas para o aprendizado, e assim tem seu direito violado, o que por sua vez faz a pessoa retornar ao CT. Segundo a presidenta estes casos têm sido bastante numerosos e por vezes as conselheiras não sabem o que fazer, já que não receberam capacitação para estas situações específicas e não conseguem articular com a escola a garantia do direito da criança ou do adolescente conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

As conselheiras relataram também o grande número de mães solo que têm ido ao CT Venda Nova na busca de vagas para escola em tempo integral para crianças de 0 a 2 anos, e na região há apenas uma escola que não suporta a demanda, uma vez que o ECA determina este encaminhamento.

Da mesma forma que disseram atender um grande número de mulheres com filhos e que sofreram violência doméstica. Nestas situações o devido seria encaminhar as mulheres e crianças para atendimento psicológico. Contudo, quando elas conseguem atendimento no posto de saúde é apenas uma vez por mês, em uma seção que dura em torno de 30 a 40 minutos. As conselheiras questionam o resultado deste atendimento numa situação de tão grande trauma.



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Elas afirmaram que a Assistência Social, por meio da Diretoria Regional de Assistência Social - DRAS faz o atendimento familiar no caso de direito violado, que a partir de um estudo, direciona a família. Porém a DRAS não faz o atendimento completo e a família acaba voltando para o CT. Elas afirmam que a interseccionalidade da política não está acontecendo, mas por vezes o encaminhamento errado e indevido não permite o fechamento do ciclo da política.

Elas informaram ainda que há grande número de alunos enviados pela escola devido a mau comportamento, quando, segundo elas, eles são na verdade crianças e adolescentes com algum transtorno não diagnosticado, o que por si só já constitui uma violação de direito. No mesmo sentido, elas apontaram que a ausência de profissionais de apoio para a inclusão nas escolas, tem acarretado no encaminhamento do aluno para o CT com a alegação de mau comportamento, quando na verdade está faltando o acompanhante na escola. Elas disseram que o CT recebe um grande número de crianças que tiveram o direito de acesso ao diagnóstico negado. Ainda neste sentido, elas afirmam que o encaminhamento para o CT devido ao "mau comportamento" imputa ao conselheiro uma deturpada e negativa visão sobre sua atuação e, por isso, as pessoas temem ir ao CT ou necessitar de um conselheiro tutelar.

Por fim, as conselheiras reclamaram bastante sobre a falta de capacitação. Elas alegam desconhecer algumas orientações que chegam, as quais elas não sabem aplicar no caso concreto e não há a quem recorrer. Afirmaram que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA não ofertou ainda a capacitação após a eleição, apesar de estar previsto no ECA. Rodrigo, representante do CMDCA, informou que já houve as reuniões para definir os temas de capacitação, e que o processo de contratação dos palestrantes já está em curso. Contudo, ele afirmou que o CMDCA recebeu



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

pedido de alteração, e que isto ocasionará mais atraso na contratação e na realização da capacitação, principalmente por se tratar de ano eleitoral. As capacitações com os temas prioritários já estariam agendadas para acontecer mensalmente a partir de maio até dezembro deste ano. Contudo Rodrigo afirma que caso seja feita mudança de tema, todo o processo de contratação pode ser perdido, o que poderá ocasionar atraso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de estrutura física o CT Venda Nova é considerado um dos melhores nas palavras do Roberto e neste sentido, não houve reclamação quanto a estrutura física. Possui salas espaçosas, permitindo um atendimento sigiloso e tranquilo. Não possui brinquedos para crianças, mas por conter uma grande área externa é possível realizar o atendimento das crianças de forma satisfatória. As conselheiras relataram não ter problemas com o espaço para a guarda de arquivos.

Nas falas das conselheiras foi possível constatar dois grandes problemas. O primeiro deles foi a falta do atendimento em rede, já que elas alegam não conseguir encaminhar pessoas para a saúde, da mesma forma que recebem alunos das escolas, quando não deveriam receber, uma vez que a demanda destes é por outra política pública. A queixa geral é da ausência da atuação em rede, do compartilhamento das definições para o encaminhamento e para o atendimento eficaz das crianças, adolescentes e suas famílias.

O segundo grande problema apontado é a falta de capacitação e da atualização dos temas. Elas alegam que fazem sugestão de palestrantes menos técnicos, que tratam da aplicabilidade das medidas, mas que o CMDCA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

muitas vezes contrata outras pessoas, sendo estas mais tecnicistas, e assim, não atingem o objetivo da prática. Elas inclusive disseram que a solicitação de troca de temas das capacitações se dá justamente para acompanhar a atualização das medidas, da modernização das leis. Rodrigo, representante do CMDCA, disse que a contratação é composta de muitas etapas e há que seguir os regimentos para contratação de pessoal, por isso a demora para concretizar, mas que o CMDCA busca sempre as pessoas de referência nos temas para suprir a citada demanda que as conselheiras apontaram.

Por fim Roberto sugeriu às conselheiras que visitem outros conselhos para verificarem a viabilidade de aplicação de outros modelos de atuação, já que o CT Venda Nova utiliza o modelo de divisão das atividades por dia. Segundo ele um bom exemplo seria o CT Centro Sul, que apesar da diferença nas demandas, pode ser possível a adoção do método de trabalho. As conselheiras consideraram pertinente a sugestão e ficaram de organizar esta ida a outros conselhos.

Belo Horizonte, 06 de abril de 2024.



Documento assinado digitalmente

IVANIA MORAES SOARES

Data: 08/05/2024 15:43:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ivania Moraes Soares

Consultora Legislativa em Ciências Sociais e Políticas - CM 613



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares

Data: 06/05/2024

Endereço: Rua Rio de Janeiro, nº 1187, 8º andar - Centro.

Requerente: Comissão Especial de Estudo - Melhoria dos Conselhos Tutelares
- Requerimento de Comissão nº 459/24.

Objetivo: Realizar uma inspeção nas instalações do Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa.

Vereadoras e vereadores presentes: Loíde Gonçalves e Marcos Crispim.

Demais presentes: Mônica (conselheira tutelar do Plantão Centralizado) Dr. Fausto (conselheiro tutelar do Plantão Centralizado), Bruno Gleidson (conselheiro tutelar do Plantão Centralizado), Roberto da Silva Araújo (gerente de acompanhamento dos conselhos tutelares) e assessorias parlamentares.

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita ao Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares foi iniciada às 8h30min. O Plantão funciona no mesmo andar do Conselho Tutelar Centro-sul, e alguns dos espaços são compartilhados pelos dois serviços. Ambos foram realocados no prédio em janeiro de 2023.¹ Trata-se de um espaço mobiliado alugado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Todo o mobiliário do local é

¹ Fonte: Portal da PBH. Disponível em:

<<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/plantao-centralizado-e-conselho-tutelar-centro-sul-ganham-novo-endereco>>. Acesso: 8 mai. 2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

disponibilizado pelo prédio como parte do aluguel e todas as instalações contam com ar condicionado.

O Plantão se localiza aos fundos do andar e funciona de segunda a sexta-feira, de 18h às 8h, e 24 horas nos sábados, domingos e feriados. Nove conselheiros tutelares são responsáveis pelos atendimentos no Plantão, correspondendo aos sextos colocados de cada regional administrativa no processo de escolha de conselheiros tutelares, conforme instituído pela Lei nº 11.281/2021. Os conselheiros operam em rodízio, ficando três deles responsáveis pelos atendimentos a cada dia.

Durante a visita, os três conselheiros plantonistas acompanharam os presentes, mostrando o espaço do Plantão Centralizado e prestando informações sobre o serviço.

Os atendimentos do Plantão ocorrem em uma sala ampla, com quatro mesas, cadeiras, armários, estante para armazenamento de arquivos físicos e um computador (Figura 1). Os conselheiros consideram a estrutura do espaço adequada e que os equipamentos funcionam bem, mas que um computador é insuficiente para o trabalho no Plantão.

O Plantão conta também com três pequenas salas, cada uma com uma cama de solteiro, que pode ser utilizada para descanso nos momentos em que não há atendimento (Figura 2). As crianças e adolescentes recebidos pelo Plantão podem utilizar a Sala de Brincar presente no andar, compartilhada com o Conselho Tutelar Centro-sul (Figura 3). Há, ainda, outras duas pequenas salas; uma para utilização do motorista e outra para uso do Guarda Civil Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 1 - Sala de atendimento do Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

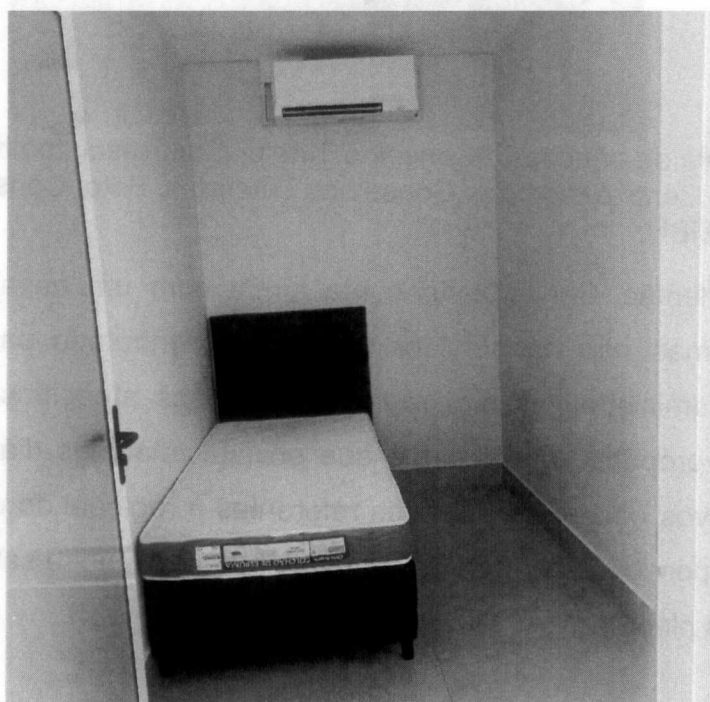


Figura 2 - Sala do Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 3 - Sala de brincar do Conselho Tutelar Centro-sul, também utilizada pelo Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

O Plantão Centralizado conta ainda com um espaço de recepção (Figura 4), mas não há servidor ou pessoa contratada para a função. As atividades administrativas e o registro dos casos atendidos no Plantão são feitos pelos próprios conselheiros, que enviam relatórios diários à GACCT e aos respectivos conselhos tutelares referentes à regional do usuário atendido. A recepção possui uma impressora que atende de maneira satisfatória aos três conselheiros plantonistas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

O prédio onde está localizado o Plantão Centralizado possui, durante a noite, porteiro disponibilizado pela SMASAC, que recepciona os usuários e autoriza o acesso ao andar após comunicação aos conselheiros pelo interfone.



Figura 4 - Espaço de recepção do Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares. Foto: Consultoria legislativa/CMBH.

O espaço utilizado pelo Plantão Centralizado conta, ainda, com banheiros para usuários e banheiros para os funcionários. Os conselheiros plantonistas afirmaram que os atendimentos noturnos demandam limpeza constante dos banheiros e que seria importante contar com profissional de limpeza durante o período. Roberto Araújo afirmou que a solicitação já foi feita à Câmara de Coordenação Geral (CCG) da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão da PBH, mas que ainda não foi atendida.

O Plantão faz atendimentos provenientes das 9 regionais administrativas de Belo Horizonte. Por vezes, recebem também



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

encaminhamentos de casos de outros municípios da região metropolitana. Os encaminhamentos, muitas vezes, são feitos pela Polícia Militar de Minas Gerais ou pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (Cia-BH).

A organização do Plantão Centralizado ocorre conforme regulamentação instituída pela Portaria SMASAC nº 056/2022². Os conselheiros afirmaram que se trata de norma recente e que precisa de aprimoramento. Um dos problemas decorrentes das disposições atuais é o não reconhecimento dos plantonistas como conselheiros tutelares, mas sim como suplentes. Roberto Araújo destacou que até mesmo a remuneração dos plantonistas é efetivada por uma gerência específica para pagamento de cargos de suplência de toda a prefeitura. Os plantonistas não possuem identificação oficial como conselheiros tutelares em seus crachás, por exemplo, o que já ocasionou problemas com autoridades públicas quando estavam no exercício de sua função.

Destacaram ainda que, embora exerçam a função no período noturno, não recebem adicional noturno em sua remuneração. Afirmaram também que a capacitação para conselheiros tutelares não ocorreu, o que prejudica a sua atuação. Como destacado em outras visitas técnicas da comissão, não houve acordo entre os conselheiros tutelares e a PBH em relação à capacitação proposta pela SMASAC.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA

O Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte possui uma estrutura física e localização adequados ao funcionamento do serviço. A reestruturação do Plantão, com a Lei nº 11.281/2021 permitiu uma melhor organização do serviço, com a designação dos suplentes de cada conselho tutelar regional para exercício da função durante o período noturno e

² Disponível em: <<https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/12827>>. Acesso: 8 de mai. 2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

os finais de semana. No entanto, a regulamentação do serviço pode ser aprimorada, já que o não reconhecimento dos plantonistas como conselheiros tutelares efetivos acarreta dificuldades para o exercício da função.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2024.

Marina Abreu Torres

Consultora legislativa

CM 663